



**CENTRO UNIVERSITÁRIO MAIS – UNIMAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ADRIANO PEREIRA

**EDUCAÇÃO EMANCIPADORA COMO ESTRATÉGIA DE
ENFRENTAMENTO DAS *FAKE NEWS* E DA DESINFORMAÇÃO NA
ESCOLA**

**INHUMAS-GO
2025**

ADRIANO PEREIRA

**EDUCAÇÃO EMANCIPADORA COMO ESTRATÉGIA DE
ENFRENTAMENTO DAS *FAKE NEWS* E DA DESINFORMAÇÃO NA
ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação do Centro Universitário Mais – UniMais –, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Manzi Filho.

**INHUMAS-GO
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Cora Coralina – UniMais

P436e

PEREIRA, Adriano.

Educação emancipadora como estratégia de enfrentamento das *fake news* e da desinformação na escola / Adriano Pereira. - Inhumas: UniMais, 2025.

96 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário Mais – UniMais, Mestrado em Educação, 2025.

“Orientação: Dr. Ronaldo Manzi Filho”.

1. *Fake news*. 2. Educação emancipadora. 3. Redes sociais. I. Título.

CDU: 37

ADRIANO PEREIRA

**EDUCAÇÃO EMANCIPADORA COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO
DAS *FAKE NEWS* E DA DESINFORMAÇÃO NA ESCOLA**

A Banca Examinadora abaixo aprova a dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro Universitário Mais – UniMais, como parte da exigência para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em 15 de maio de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronaldo Manzi Filho
Orientador e Presidente da Banca
Centro Universitário Mais – UniMais

Profa. Dra. Cristyane Batista Leal
Membro Convidado Interno
Centro Universitário Mais – UniMais

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza
Membro Convidado Externo
Universidade de Brasília – UNB

**Inhumas-GO
2025**

Ao meu orientador, pela paciência e pelos grandes ensinamentos!

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me fortalece e ilumina meu caminho, sendo meu suporte constante nos momentos desafiadores e difíceis.

À minha esposa, Cintia Maria Pereira, pelo apoio incondicional e pelo amor diário. Sua compreensão e paciência durante os períodos em que estive imerso na pesquisa foram fundamentais. Obrigado por estar sempre ao meu lado, por compartilhar os desafios da vida e por ser a companheira que me incentiva a buscar o melhor de mim.

Aos meus filhos, André Filipe, Maria Laura e Ester Paula, que trazem imensa alegria e luz aos meus dias. Suas risadas e curiosidades me lembram do valor da educação e da importância de sonhar. Mesmo com suas pequenas demandas e necessidades, vocês sempre foram uma fonte de inspiração e motivação. Obrigado por compreenderem a importância deste projeto para nossa família e por me ensinarem a ver o mundo com olhos curiosos e esperançosos.

À minha saudosa mãe, Minervina Pereira, que enfrentou imensos desafios para me criar e educar. Sua dedicação e amor moldaram quem sou hoje, e sou eternamente grato pelos sacrifícios que fez por mim e pelos ensinamentos que levarei por toda a vida. Sua força e determinação continuam sendo uma inspiração em meu caminho.

À minha segunda mãe, a também saudosa Rosa Pereira da Silva, que sempre me acolheu com carinho e me apoiou em momentos difíceis, oferecendo sabedoria e consolo. Sua presença foi um alicerce em minha vida, e sou grato por todo o amor e cuidado que sempre me dedicou.

Ao meu avô, também saudoso, Gonçalves Francisco da Luz, que, mesmo nos tempos de trabalho árduo na roça, sempre me incentivou a estudar e a buscar uma vida melhor. Sua história e seus ensinamentos — especialmente suas palavras sobre a importância da educação — permanecem vivos em minha mente e em meu coração, guiando-me a cada passo da jornada.

Agradeço, também, a todos os colegas de estudo que me acompanharam ao longo da vida. Cada um contribuiu, de forma única, para minha formação e crescimento pessoal e intelectual. A troca de ideias, os debates e as horas de estudo conjunto foram fundamentais para o meu aprendizado.

Em especial, dedico algumas palavras ao querido Professor Doutor Ronaldo

Manzi, meu orientador. Sua presença foi essencial em cada etapa deste processo, e seus ensinamentos e sua paciência foram verdadeiros faróis a iluminar meu caminho. Sua capacidade de ouvir e compreender minhas inquietações, aliada à sua expertise, fez toda a diferença na construção deste trabalho. Sou profundamente grato pelas conversas, pelas críticas construtivas e, sobretudo, pela forma como se dedicou a tornar este processo mais significativo. Seu compromisso com a educação e com o desenvolvimento de seus alunos é admirável e inspirador. Esta jornada não teria sido a mesma sem sua orientação sábia e generosa.

A todos vocês, expresso minha mais profunda gratidão. Sem o amor, a amizade e o suporte de cada um, esta caminhada não teria sido possível.

"A educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo."

(Paulo Freire)

PEREIRA, Adriano. **Educação emancipadora como estratégia de enfrentamento das *fake news* e da desinformação na escola**. 2025. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Mais – Unimais, Inhumas, Goiás, 2025.

RESUMO

Esta dissertação, inserida na linha de pesquisa Educação, Cultura, Teorias e Processos Pedagógicos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação do Centro Universitário Mais — UniMais, teve como objetivo investigar o papel da educação emancipadora no enfrentamento das *fake news*, com base em uma perspectiva crítica, incorporando e ampliando reflexões de proeminentes teóricos, dentre os quais: Adorno (1995), Arendt (1967; 1972; 1989), Bauman (2001), Chauí (1980), Fisher (2020; 2021) e Freud (1920/2011). A pesquisa baseou-se em uma revisão bibliográfica, com o intuito de explorar as contribuições teóricas desses autores dentro do amplo escopo da educação emancipadora e crítica. Empregamos o método da análise do discurso para examinar as intersecções entre as ideias dos pensadores citados, bem como de outros intelectuais, e temas como emancipação, subjetividade e crítica à cultura de massa, associando-os ao fenômeno das *fake news*. Por meio dessa abordagem, investigamos de que maneira as práticas educativas críticas podem ser percebidas como formas de resistência à propagação da desinformação. Inicialmente, apresentamos algumas reflexões sobre emancipação, indústria cultural e a alienação das massas, elementos vitais para compreendermos a inserção das *fake news* em um sistema de manipulação e controle. Em seguida, buscamos elucidar os mecanismos psicológicos que sustentam a aceitação das *fake news*, destacando também a importância de uma educação que funcione como uma “vacina” contra a desinformação. Por fim, intentamos compreender as dinâmicas das redes digitais na massificação das *fake news* e na manipulação das emoções, com base, principalmente, no uso político da mentira e do medo.

Palavras-chave: *Fake news*. Redes sociais. Psicologia das massas. Redes sociais.

PEREIRA, Adriano. **Emancipatory Education as a Strategy to Confront Fake News and Disinformation in Schools**. 2025. 90 p. Dissertation (Master's in Education) – Centro Universitário Mais – UniMais, Inhumas, Goiás, 2025.

ABSTRACT

This dissertation, developed within the research line Education, Culture, Theories, and Pedagogical Processes of the Graduate Program in Education at Centro Universitário Mais — UniMais, aimed to investigate the role of emancipatory education in confronting fake news from a critical perspective. It incorporates and expands upon the reflections of prominent theorists, including Adorno (1995), Arendt (1967, 1972, 1989), Bauman (2001), Chauí (1980), Fisher (2020; 2021), and Freud (1920/2011). The study was based on a bibliographic review, seeking to explore the theoretical contributions of these authors within the broad scope of emancipatory and critical education. Discourse analysis was employed as a methodological tool to examine the intersections between the ideas of the aforementioned thinkers and other intellectuals on themes such as emancipation, subjectivity, and critique of mass culture, relating them to the phenomenon of fake news. Through this approach, the study investigated how critical educational practices may serve as forms of resistance against the spread of disinformation. Initially, it presented reflections on emancipation, cultural industry, and the alienation of the masses—vital elements for understanding how fake news are embedded within systems of manipulation and control. Subsequently, it sought to elucidate the psychological mechanisms that underlie the acceptance of fake news, also highlighting the importance of education as a “vaccine” against disinformation. Finally, it aimed to understand the dynamics of digital networks in the mass dissemination of fake news and in the manipulation of emotions, particularly through the political use of lies and fear.

Keywords: Fake news. Emancipatory education. Mass psychology. Social networks.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	- Base Nacional Comum Curricular
Brexit	- Saída do Reino Unido da União Europeia
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGI.br	- Comitê Gestor da Internet no Brasil
EUA	- Estados Unidos da América
MIT	- Instituto de Tecnologia de Massachusetts
STF	- Supremo Tribunal Federal
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USP	- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – A EDUCAÇÃO EMANCIPADORA COMO INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO DAS <i>FAKE NEWS</i>	20
1.1 NOTÍCIAS: JORNALISMO E <i>FAKE NEWS</i>	23
1.2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA	27
1.3 AS INFLUÊNCIAS DA INDÚSTRIA CULTURAL E AS <i>FAKE NEWS</i>	39
CAPÍTULO 2 – PSICOLOGIA DE MASSAS: COMPORTAMENTO HUMANO E AS <i>FAKE NEWS</i>	46
2.1 IDEOLOGIA, <i>FAKE NEWS</i> E EDUCAÇÃO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	57
CAPÍTULO 3 – AS <i>FAKE NEWS</i>, REDES SOCIAIS E O PAPEL DA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA	66
3.1 A INFLUÊNCIA DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS HUMANOS CONTEMPORÂNEOS	67
3.2 VERDADE E POLÍTICA: COMO AS <i>FAKE NEWS</i> AFETAM A DEMOCRACIA	74
3.3 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO MUDIÁTICA COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	87

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo investigar o papel da educação emancipadora no enfrentamento das *fake news*, com base em uma perspectiva crítica, incorporando e ampliando reflexões de proeminentes pensadores e teóricos, dentre os quais se destacam: Adorno (1995), Arendt (1989), Bauman (2001), Chauí (1980), Fisher (2020; 2021), e Freud (1920/2011), além de outros intelectuais que, por meio de suas pesquisas e escritos, contribuem significativamente para esse debate.

Este estudo surge da necessidade de compreender as consequências do avanço das tecnologias digitais, do acesso ampliado à informação e dos desafios que essas transformações impõem à educação. O chamado “novo normal” provocou mudanças profundas nas formas de comunicação e de interação social. Por um lado, esse cenário amplia as possibilidades de acesso ao conhecimento; por outro, evidencia uma faceta sombria da era digital: a disseminação massiva da desinformação, das chamadas *fake news*. Antes marginal, esse fenômeno passou a ocupar um lugar central na vida pública e privada, com impactos significativos sobre a democracia, a saúde, as relações sociais e até mesmo sobre a noção de realidade partilhada.

A própria Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) reconhece que a expansão das *fake news* exige uma atuação intersetorial, envolvendo governos, universidades, pesquisadores e veículos de comunicação. Nesse contexto, embora autores como Theodor Adorno (1995) não tenham tratado diretamente do fenômeno da desinformação digital, sua defesa de uma educação voltada para a emancipação intelectual, elaborada ainda no contexto da ascensão do nazismo, oferece subsídios teóricos para compreender os desafios contemporâneos da formação crítica. De modo semelhante, Paulo Freire (2013), ao propor uma pedagogia libertadora durante o período da ditadura militar no Brasil, também ressaltou a importância de uma educação que forme sujeitos autônomos e capazes de refletir criticamente sobre a realidade. Assim, inspiradas nesses referenciais, propostas educacionais que valorizam o pensamento crítico mostram-se importantes no enfrentamento da desinformação que circula nas sociedades contemporâneas.

Como professor do Ensino Fundamental em uma escola pública, a decisão de investigar o fenômeno das *fake news* partiu da vivência direta com os efeitos da desinformação no cotidiano escolar e nas redes sociais. É comum observarmos

estudantes, familiares e até colegas de trabalho reproduzindo conteúdos distorcidos com convicção, impulsionados, muitas vezes, por sentimentos como medo, raiva ou indignação. Esse processo tem provocado conflitos interpessoais e abalado vínculos afetivos e profissionais. Pessoas próximas, antes moderadas em suas opiniões, passaram a adotar posturas extremadas, proferindo ataques verbais contra amigos, familiares e colegas. Esse cenário evidencia o enfraquecimento da racionalidade crítica e a corrosão do espaço público como instância privilegiada de diálogo e do debate (Adorno, 1995; Arendt, 1989).

A proliferação das *fake news* tornou-se um fenômeno alarmante, permeando diversos aspectos da sociedade e impactando questões políticas, sociais e culturais. Eventos marcantes, como as eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos da América (EUA) e o referendo sobre a Saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), ilustram como a propagação intencional de desinformação pode moldar a opinião pública e influenciar decisões cruciais. Durante essas campanhas, estratégias de *marketing* digital foram empregadas para disseminar informações falsas que desencadearam polarização e divisão social, evidenciando a vulnerabilidade das democracias contemporâneas frente à desinformação.

O site de notícias UOL publicou uma matéria, em março de 2025, sobre o caso de uma mulher brutalmente executada por uma facção criminosa após ser falsamente acusada de assassinar a própria filha.¹ A acusação teve como base a descoberta de uma ossada, que posteriormente se revelou ser de um animal, e não de uma criança. A filha, que supostamente teria sido morta, estava viva, sob os cuidados do pai. O episódio, amplamente divulgado na imprensa, evidenciou como a desinformação, quando aceita como verdade, pode incitar atos de violência extrema e comprometer a vida de pessoas inocentes (Madeiro, 2025).

A situação se agrava ainda mais em tempos de crise, como durante a pandemia de Covid-19, quando informações fraudulentas sobre tratamentos e vacinas se espalharam rapidamente nas redes sociais, gerando desconfiança em relação às medidas de saúde pública e colocando vidas em risco. Relatos de curas milagrosas e

¹ O episódio em que uma mulher foi brutalmente executada por uma facção criminosa após ser falsamente acusada de assassinar sua própria filha ocorreu em março de 2025, no estado do Acre. Segundo reportagem publicada pelo UOL, em 26 de março de 2025, a vítima foi morta por membros da facção Bonde dos 13, que realizaram um "tribunal do crime" para julgá-la com base em informações falsas que circulavam na comunidade. Posteriormente, a polícia descobriu que os supostos restos mortais da criança encontrados eram, na verdade, de um cachorro, evidenciando que a acusação contra a mulher era infundada (Madeiro, 2025).

teorias da conspiração sobre a origem do vírus dificultaram o combate à pandemia e criaram um ambiente propício ao pânico e à desinformação generalizada.

Na esfera política, os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília, quando manifestantes antidemocráticos invadiram as sedes dos Três Poderes da República, não podem ser analisados isoladamente. Trata-se de um fenômeno inserido em uma dinâmica global de radicalização política, impulsionada por narrativas desinformativas, discursos de ódio e tentativas de deslegitimação das instituições democráticas.

Em artigo publicado pela BBC News Brasil, Camilla Veras Mota (2023) destacou alguns fatores que contribuíram para a eclosão desses atos, como o uso massivo das redes sociais, a disseminação de *fake news*, a radicalização ideológica e falhas na segurança institucional. A análise aproxima o caso brasileiro do ocorrido dois anos antes nos EUA, durante a invasão do Capitólio.

É notável a semelhança entre os dois eventos, ambos marcados pela propagação de desinformação e teorias conspiratórias nas redes digitais, fomentando a crença infundada de que os resultados eleitorais haviam sido fraudulentos. Nos EUA, essa narrativa foi alimentada pelo então presidente Donald Trump, levando seus apoiadores a contestarem violentamente o processo democrático. No Brasil, após a derrota de Jair Bolsonaro nas urnas, circularam *fake news* semelhantes, como a alegação de que infiltrados seriam os responsáveis pelos atos de violência; uma teoria importada do contexto americano, conforme destacado pela própria BBC News (Mota, 2023).

Esses episódios evidenciam como a desinformação pode ser instrumentalizada para minar a confiança nas instituições democráticas e incitar ações extremistas, ressaltando a importância de estratégias eficazes de combate às *fake news* e de promoção da educação midiática.

Esses casos demonstram a influência das *fake news* e evidenciam a urgência de se promover uma educação crítica e emancipadora, capaz de formar sujeitos autônomos, aptos a analisar, questionar e interpretar as informações que recebem. A educação emancipadora, em particular, contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, permitindo que os indivíduos contestem discursos apresentados, busquem conhecimento em fontes confiáveis e resistam à manipulação informacional.

Além disso, a educação vai além do âmbito individual: ela habilita os jovens a se

tornarem protagonistas na construção de uma sociedade mais justa, ética e consciente, fomentando uma cultura pautada na veracidade e na transparência. O enfrentamento das *fake news* exige, portanto, um esforço coletivo que envolva educadores, estudantes, famílias, comunidade, imprensa e instituições públicas.

Promover discussões pertinentes sobre a importância da verificação de informações e os impactos das notícias falsas pode criar um ambiente de diálogo aberto, no qual a curiosidade e a busca pela verdade sejam valorizadas. Investigar as estratégias educacionais possíveis nesse processo é essencial para contribuir com a formação de uma sociedade mais crítica, bem-informada frente aos efeitos corrosivos da desinformação.

Em um mundo saturado de informações, no qual as *fake news* se espalham com rapidez pelas redes sociais e demais meios digitais, é preciso desenvolver uma educação que favoreça a autonomia crítica dos indivíduos. Nesse sentido, o presente estudo tem como objeto de análise o papel da educação no enfrentamento das *fake news*, a fim de compreender como práticas pedagógicas emancipatórias podem preparar os alunos para discernirem informações verídicas das falsas, atenuando os efeitos da desinformação na sociedade contemporânea.

Defendemos, assim, a formação de sujeitos críticos, capazes de desenvolver a consciência necessária para enfrentar os desafios impostos pelos processos desinformativos. Para isso, nossa pesquisa se apoia em referenciais teóricos das áreas da educação, da psicologia, da filosofia e da sociologia, em uma abordagem essencialmente multidisciplinar.

A construção do referencial teórico foi sustentada por um levantamento sistemático em bases de dados acadêmicas reconhecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como Portal de Periódicos da CAPES, SciELO e Google Scholar, o que nos garantiu acesso a artigos científicos atualizados e relevantes.

Os objetivos específicos da pesquisa se desenvolvem ao longo de três capítulos, fundamentados em autores como Adorno (1995), Arendt (1989), Chauí (1980), Fisher (2020; 2021), Freud (1920/2011), dentre outros, especialmente no que se refere às reflexões sobre emancipação, às críticas à cultura de massa e à análise do fenômeno da desinformação nas redes sociais. A partir desse percurso teórico, pretendemos investigar de que maneira práticas educativas de cunho crítico podem configurar-se como formas de resistência à propagação da desinformação.

O primeiro capítulo aborda a educação emancipadora nos termos propostos por Adorno (1995), considerando-a como uma das possibilidades para o enfrentamento da desinformação. Intentamos compreender como essa abordagem pode contribuir para a formação de cidadãos críticos, informados e reflexivos.

A disseminação de informações falsas não é um fenômeno recente; contudo, a escalabilidade e a velocidade com que se propagam nas plataformas digitais contemporâneas intensificaram o debate em torno de seus impactos nocivos na sociedade. As *fake news* têm o potencial de manipular percepções, influenciar decisões políticas e moldar atitudes de maneira insidiosa. Nesse cenário, a necessidade de oferecer à população ferramentas para desenvolver um olhar crítico torna-se fundamental à sustentabilidade de uma democracia saudável.

O papel da educação emancipadora configura-se como um dos pilares fundamentais no enfrentamento da desinformação. A educação não deve ser concebida unicamente como meio de transmissão de conteúdos informativos, mas como uma prática de formação integral que capacite o indivíduo a questionar, analisar e interpretar criticamente a realidade que o cerca.

Ainda com relação ao primeiro capítulo, este se propõe a explorar as teorias educacionais de pensadores como Adorno, que concebe a educação como instrumento de resistência e de emancipação, em contraste com modelos educacionais adaptativos que tendem a reproduzir a conformidade e a alienação.

Um aspecto relevante abordado diz respeito à intersecção entre a educação emancipadora e as influências exercidas pela indústria cultural. As dinâmicas da indústria cultural tendem a determinar os conteúdos que consumimos e moldar nossos modos de pensar, agir e compreender o mundo. Ao promover uma análise crítica dessas influências, os educadores têm a oportunidade de instrumentalizar os alunos com as habilidades necessárias para discernir entre informações verídicas e fabricadas, favorecendo, assim, a construção de um ambiente educacional pautado na autonomia intelectual.

Em síntese, esse capítulo tem como objetivo analisar a educação emancipadora como um caminho possível diante da crise contemporânea da desinformação. Buscamos discutir como um modelo educacional fundamentado na autonomia, na reflexão crítica e na resistência pode contribuir para a formação de sujeitos mais preparados para identificar, questionar e combater as *fake news* em suas múltiplas manifestações. O fortalecimento do pensamento crítico, nesse contexto,

revela-se não apenas desejável, como também essencial para a construção de uma sociedade mais justa, informada e resiliente frente às manipulações informativas.

No segundo capítulo, exploramos a complexa relação entre a psicologia das massas e o comportamento humano diante da proliferação das *fake news*. Na contemporaneidade, a disseminação de informações falsas tornou-se um fenômeno alarmante, amplificado pela rapidez com que essas informações circulam nas redes sociais. Esse ambiente digital desafia tanto as formas tradicionais de comunicação quanto a capacidade individual de discernir entre conteúdos verídicos e fabricados. Para compreender essa problemática, precisamos examinar as dinâmicas sociais e emocionais que caracterizam o comportamento coletivo, uma vez que a formação de opiniões e crenças ocorre, em grande medida, em contextos grupais e está profundamente permeada por fatores psicológicos.

Com base nas teorias de Sigmund Freud, analisamos como a socialização dos indivíduos, ao se dar em ambientes coletivos, molda identidades e comportamentos suscetíveis à manipulação simbólica. Freud (1920/2011) destaca que os laços emocionais e as experiências compartilhadas no interior de um grupo criam condições favoráveis à propagação de ideias, ainda que estas careçam de fundamento racional. O conceito de “psicologia das massas” desvela como o indivíduo, ao se integrar a uma coletividade, pode perder seu senso crítico, permitindo que emoções, como medo, admiração e identificação, sejam mobilizadas para a formação de convicções e hábitos que frequentemente escapam à lógica e à razão.

A partir da interseção com as ideias freudianas, esse capítulo propõe uma análise dos mecanismos psíquicos que sustentam a aceitação e difusão das *fake news*, destacando, ao mesmo tempo, a importância de práticas educativas críticas como instrumento de resistência à desinformação. Ao final, tecemos uma reflexão sobre os desafios contemporâneos enfrentados na formação de sujeitos críticos, autônomos e informados, capazes de navegar na complexidade do mundo digital e de resistir às narrativas manipuladoras que permeiam o espaço público. Dessa forma, buscamos oferecer um olhar crítico sobre o papel formativo da educação na era da informação e da sociedade de massas.

No terceiro capítulo, examinamos o impacto das *fake news* no contexto das redes sociais, bem como o papel central da educação emancipadora na formação de sujeitos críticos e informados. Em um mundo profundamente conectado, as plataformas digitais facilitam o compartilhamento de informações e configuram um

ambiente propício à rápida disseminação da desinformação. Embora concebidas para fomentar conexões e diálogos, as redes sociais tornaram-se, paradoxalmente, vetores de propagação de inverdades, afetando a opinião pública e influenciando comportamentos sociais de maneira significativa.

Um dos aspectos mais preocupantes da proliferação das *fake news* nesse meio é a forma com que tais conteúdos são compartilhados sem verificação prévia, impulsionados, geralmente, por emoções, crenças pessoais e preconceitos. A instantaneidade característica das redes acentua a superficialidade na recepção da informação, reforçando a urgência de uma formação crítica voltada para a análise e o discernimento. Nesse contexto, a educação se apresenta como um antídoto contra a desinformação, tanto pelo domínio técnico de ferramentas digitais quanto pela construção de competências cognitivas e éticas que capacitem os indivíduos a questionarem, investigarem e buscarem a verdade.

Nesse sentido, ganha relevância o conceito de educação midiática, que se consolida como estratégia formativa capaz de preparar os sujeitos para atuarem como consumidores e produtores conscientes de informação. A proposta da educação midiática não se limita à decodificação de conteúdos midiáticos, visto que promove uma postura reflexiva e ativa diante das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação. Ao desenvolver habilidades de leitura crítica, interpretação contextualizada e verificação de fatos, a educação midiática capacita os indivíduos a resistirem às narrativas manipuladoras e aos discursos de poder embutidos nas práticas informacionais contemporâneas.

Assim, buscamos, nesse capítulo, compreender os mecanismos das redes sociais na disseminação das *fake news* e, sobretudo, enfatizar a importância de práticas educativas emancipadoras como formas de resistência. A educação emancipadora, amparada em valores como autonomia, criticidade e compromisso com o bem comum, se apresenta como caminho viável para enfrentar os desafios informacionais da contemporaneidade, empoderando sujeitos e comunidades na luta contra a manipulação e a alienação.

E mais, abordamos como a desinformação atua na desconstrução da realidade compartilhada e na manipulação das emoções coletivas, especialmente a partir do uso político da mentira e do medo. Conforme aponta Hannah Arendt (1972), a destruição da verdade factual não se limita à negação dos fatos, como também compromete a própria estrutura da realidade intersubjetiva, corroendo a confiança social e

prejudicando a capacidade de julgamento dos indivíduos. A mentira, ao tornar-se sistemática e sustentada por coerência interna e repetição contínua, transforma-se em um instrumento ideológico de dominação, minando os fundamentos do espaço público democrático e tornando mais difícil distinguir o real do ilusório.

Encerramos nosso estudo reiterando a urgência de uma educação comprometida com a verdade, a ética e a democracia, como via para restaurar a experiência compartilhada do mundo e fortalecer a resistência crítica diante da avalanche de desinformação que marca nosso tempo.

CAPÍTULO 1 – A EDUCAÇÃO EMANCIPADORA COMO INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO DAS *FAKE NEWS*

A comunicação digital, por meio de plataformas digitais, seja de redes sociais ou aplicativos de mensagens, permite que informações, muitas vezes imprecisas ou mal-intencionadas, se espalhem rapidamente e alcancem um público vasto em questão de minutos. Essa velocidade de disseminação, combinada com a facilidade de compartilhamento, transforma boatos em fenômenos virais, muitas vezes sem a devida verificação dos fatos, deixando nas mãos dos indivíduos a capacidade de discernimento, pois a própria noção de realidade tem sofrido significativas alterações em função de discursos que geram confusão.

Além disso, a natureza anônima e a falta de responsabilidade que frequentemente acompanham a comunicação *on-line* incentivam a propagação de informações falsas. As pessoas podem se sentir mais à vontade para compartilhar conteúdos sensacionalistas ou prejudiciais, sem considerar as consequências de suas ações. Isso não apenas distorce a percepção da realidade, mas também pode causar danos significativos a indivíduos e grupos, alimentando preconceitos, desinformação e divisões sociais.

A desinformação intencional sempre existiu. Contudo, a tecnologia moderna intensifica seus efeitos, tornando-a um desafio significativo na sociedade contemporânea. A conscientização e a educação para o consumo crítico de informações são essenciais para mitigar esses impactos negativos. Se, por um lado, é evidente que as notícias falsas e os processos de desinformação precedem a era digital, foi a partir da difusão das redes sociais que surgiu um novo conceito denominado *fake news*, no qual informações falsas circulam e proliferam rapidamente, fomentando a desinformação a partir de interesses ideológicos, políticos, econômicos etc.

Nesse sentido, as *fake news* são muito mais do que simples distorções da verdade, uma vez que se apresentam como uma ferramenta poderosa, dotada de intencionalidades. São mecanismos de poder e controle, capazes de impor agendas, criar crises e alienar indivíduos. Isso porque, grupos políticos podem utilizá-las para moldar percepções e comportamentos, especialmente em períodos eleitorais, fomentando a polarização ideológica e enfraquecendo o debate democrático.

Esse uso estratégico da desinformação alinha-se à análise de Noam Chomsky

(2003), que destaca o controle da informação como uma das formas mais eficazes de manutenção do poder, evidenciando a instrumentalização das *fake news* como ferramenta de dominação discursiva.

Além disso, as *fake news* têm sido empregadas para disseminar preconceitos, alimentando discursos de ódio contra grupos historicamente marginalizados, como indígenas, quilombolas, mulheres, população negra e LGBTQIAPN+. Esses conteúdos, carregados de estigmas e estereótipos, reforçam estruturas de poder excludentes e colocam em risco os avanços sociais conquistados por meio de lutas coletivas.

Nesse contexto, Paulo Freire (1996) alerta para o uso da linguagem como instrumento de opressão, especialmente quando ela serve à reprodução da ignorância e da dominação. O referido autor enfatiza que a educação deve ser um processo de conscientização, no qual os indivíduos reconhecem e superam as estruturas que os oprimem, promovendo uma leitura crítica da realidade e a transformação social.

Nesse âmbito, importa destacarmos também a dimensão econômica do problema. No ambiente digital, plataformas como *Facebook* e *Instagram* tornaram-se espaços privilegiados para a circulação de *fake news* por meio de anúncios pagos, muitas vezes falsos ou enganosos. Esses conteúdos patrocinados utilizam algoritmos sofisticados de segmentação para atingir públicos específicos com mensagens fabricadas, apelando para emoções como medo, raiva ou esperança.

Muitos produtores de conteúdo, como *sites* de notícias tendenciosas e influenciadores digitais, recorrem ao sensacionalismo como forma de atrair cliques, curtidas e compartilhamentos, transformando a desinformação em um produto altamente lucrativo. Diante disso, podemos recorrer ao pensamento de Bauman (2001), que destaca a lógica da sociedade da exposição, em que o valor das pessoas, ideias e produtos está atrelado à sua capacidade de atrair atenção e se tornar viral. Essa lógica mercadológica converte a verdade em algo secundário diante da viralização e da monetização dos acessos. Essas práticas revelam um problema estrutural da comunicação digital, em que o engajamento é recompensado independentemente da veracidade do conteúdo.

Por outro lado, no contexto da disseminação das *fake news*, a educação destaca-se como um dos instrumentos capazes de contribuir para seu enfrentamento. Por meio da educação, é possível desafiar os processos de naturalização que surgem da desinformação, os quais distorcem a percepção da realidade e fazem com que

informações recebidas sejam aceitas sem questionamento. Nesse sentido, a educação emancipadora pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento da resiliência necessária diante das notícias falsas.

Entendemos que, ao promover o pensamento crítico, essa abordagem educacional pode contribuir para a superação dos mecanismos de alienação, capacitando as pessoas para que analisem e questionem as informações que consomem. Isso é fundamental para desmascarar as *fake news*. Ao fomentar uma educação que emancipa, contribuindo para uma cultura de questionamento e análise crítica, a educação tem o potencial de promover uma formação intelectual mais completa e empoderar os indivíduos, permitindo que se tornem cidadãos mais informados e conscientes, capazes de discernir entre fatos e ficções, em um ambiente saturado de informações.

Neste capítulo, buscaremos fundamentos para essa hipótese a partir de uma abordagem baseada na reflexão trazida por Adorno (1995), de modo a entender como a educação emancipadora se conecta e se torna importante na formação de crianças e jovens, como uma das formas de enfrentamento das *fake news* na sociedade.

Adorno (1995) caracteriza a crise da formação como uma distorção dos ideais clássicos da *bildung* (formação), conceito importante na tradição educacional alemã. Esse conceito, conforme essa tradição, visa à formação integral do indivíduo, entendendo a educação como um meio de ajudar as pessoas a se tornarem conscientes de si mesmas e de seu lugar no mundo. Essa concepção valoriza o desenvolvimento do pensamento crítico, a autonomia e a capacidade de reflexão, além de promover a empatia e a compreensão interpessoal.

Para Adorno (2008), a crise da formação resulta na incapacidade de formar indivíduos capazes de pensar criticamente e resistir às forças autoritárias e fascistas. O autor vê essa crise como consequência da sociedade administrada, na qual a educação é transformada em um instrumento de conformidade e adaptação, em vez de promover a autonomia e a reflexão crítica. A crise da formação, portanto, representa a falha em cultivar a capacidade de resistência intelectual e ética contra a dominação social e política.

1.1 NOTÍCIAS: JORNALISMO E *FAKE NEWS*

O uso do termo *fake news*, ou notícias falsas, ganhou evidência a partir de 2016, durante a campanha eleitoral americana de Donald Trump à presidência. Desde então, passou a ser amplamente utilizado para descrever conteúdos enganosos, fabricados intencionalmente para manipular percepções, comportamentos e decisões. Apesar de a expressão ser contemporânea, a mentira sistematizada e a manipulação da informação têm raízes profundas na história da humanidade.

Conforme o historiador americano Robert Darnton, a manipulação das notícias remonta a séculos, com práticas que vão desde os ataques de Procópio ao imperador Justiniano até as pasquinadas de 1522, em Roma, e os *canards* franceses do século XVII (Victor, 2017). Esses exemplos históricos ilustram a persistência da desinformação na esfera pública e ressaltam a capacidade das narrativas enganosas de influenciar decisões políticas e moldar percepções sociais. Outro exemplo dessa prática foi o uso da propaganda antissemita pelo regime nazista, que difundia, por meio de jornais e rádios, a ideia de que os judeus eram inimigos da Alemanha. Essa falsificação sistemática da realidade preparou o terreno simbólico para o Holocausto.

Na contemporaneidade, as chamadas *fake news* referem-se a conteúdos falsos ou distorcidos apresentados como se fossem jornalismo legítimo, frequentemente disseminados por meio das redes sociais. Esses conteúdos exploram apelos emocionais e crenças preexistentes dos indivíduos, visando manipular suas percepções e comportamentos. Segundo Eugênio Bucci, professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), “[...] *fake news* é a falsificação da forma notícia. Parece ser uma notícia jornalística, mas não é” (Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, 2023, n. p.). Essa definição destaca a intenção deliberada de enganar o público, utilizando a estrutura jornalística para conferir credibilidade a informações falsas.

Durante muito tempo, o controle da informação esteve concentrado nos meios tradicionais de comunicação, como jornais, revistas, televisões e rádios, frequentemente acusados de manipulação, parcialidade e de restringir o acesso da população mais pobre a determinados conteúdos, reproduzindo os interesses das classes dominantes. Segundo Fisher (2021), esses meios operam dentro de uma estrutura cultural moldada pelo capitalismo tardio, que esvazia o potencial crítico da sociedade e naturaliza as ideologias dominantes.

De acordo com o documento da UNESCO (2019): “Jornalismo, *fake news* & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo”, o fenômeno da desinformação no contexto atual suscita preocupações significativas, não apenas quanto à veracidade das informações disponíveis, como também em relação à confiança do público no jornalismo em geral. Essa desconfiança generalizada pode levar as pessoas a aceitarem qualquer informação que pareça ressoar com suas crenças ou sentimentos, especialmente aquelas amplificadas pelas redes sociais. Nesse sentido, as Nações Unidas enfatizam a importância de uma ação global para enfrentar a desinformação e as *fake news*.

Sabemos que as mudanças tecnológicas apresentam novos desafios às instituições de ensino, exigindo uma reestruturação dos processos pedagógicos. A incapacidade do público de discernir entre notícias de qualidade e desinformação tem revelado impactos prejudiciais em diversas esferas da sociedade, incluindo saúde pública, ciência e intercâmbio cultural. A disseminação de informações incorretas durante crises de saúde, como a pandemia de Covid-19, evidenciou como crenças equivocadas podem levar a comportamentos prejudiciais, desafiar políticas públicas e adiar a adoção de medidas de segurança baseadas em evidências.

O jornalismo, enquanto prática social e ferramenta fundamental para levar notícias a milhões de pessoas, tem passado por transformações profundas decorrentes da transição do impresso para o ambiente digital. Esse novo cenário, além de alterar a forma de produção e difusão das notícias, impactou significativamente a maneira pela qual as pessoas as consomem e interpretam.

Nessa perspectiva, Chauí (2006), em sua obra “Simulacro e Poder”, procede a uma análise crítica do jornalismo contemporâneo. A autora destaca que, historicamente, o jornal impresso tinha como função principal reportar fatos e transmiti-los ao público, informando a população sobre eventos e questões relevantes, assumindo, assim, um papel de guardião da verdade noticiosa. Contudo, ela argumenta que essa função perdeu relevância com a emergência dos meios eletrônicos e digitais, que possibilitam a transmissão instantânea de informações em tempo real.

Nesse contexto, a autora ressalta que a pressa pela informação compromete a precisão e a profundidade das notícias, resultando em um jornalismo cada vez mais rápido, inexato e barato. Essa dinâmica afeta diretamente a credibilidade do jornalismo, pois a confiança do público nas instituições midiáticas depende da

existência de uma prática jornalística que privilegie a veracidade e a pesquisa rigorosa. Além disso, observamos uma substituição gradual do jornalismo investigativo pelo jornalismo opinativo, em que jornalistas frequentemente manifestam suas opiniões sobre os fatos sem a apuração adequada, o que pode favorecer a disseminação de desinformação e aprofundar as polarizações sociais.

Em contrapartida, o jornalismo tradicional enfrenta desafios oriundos do discurso da extrema direita, que frequentemente polariza a opinião pública ao construir uma dicotomia entre “nós”, isto é, aqueles que compartilham suas crenças, e “eles”, compreendidos como jornalistas, a mídia e outros grupos tidos como adversários. Essa narrativa leva muitos indivíduos a rejeitarem a mídia tradicional em favor de fontes que reforçam suas próprias convicções. Líderes e simpatizantes dessa extrema direita costumam atacar a credibilidade dos jornalistas, questionando suas motivações e integridade, e, em alguns casos, esses ataques se manifestam em ameaças, assédios e até violência.

Segundo o jornal O Globo (2025), a agência de notícias americana *Associated Press* foi impedida de acessar um evento na Casa Branca após se recusar a alterar a forma como se refere ao Golfo do México, região do Oceano Atlântico rica em petróleo, que banha as costas do México e dos Estados Unidos. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou um decreto renomeando o local como "Golfo da América". A medida ocorreu depois que a Casa Branca informou à *Associated Press* que, caso não ajustasse seus padrões editoriais para alinhar-se à ordem executiva do republicano, o acesso seria negado.

Outra tática utilizada para desacreditar o jornalismo profissional é a acusação recorrente de *fake news*. Por meio dessa estratégia, a extrema direita rotula reportagens e análises críticas às suas convicções ou ações políticas como notícias falsas, com o objetivo de deslegitimar o jornalismo e minar a confiança do público nas informações divulgadas pelos meios tradicionais. Paralelamente, esses grupos disseminam desinformação em suas próprias plataformas, utilizando redes sociais e canais alternativos para propagar narrativas que favorecem sua agenda, criando um ambiente em que as verdades são distorcidas e os fatos apresentados de forma seletiva.

Em tese, o jornalista deveria atuar com isenção; contudo, muitas vezes ele está subordinado aos interesses das empresas para as quais trabalha. As organizações jornalísticas e de comunicação possuem seus próprios interesses comerciais, políticos

e culturais e, dessa forma, também podem ser produtoras de desinformação. Chauí (2006) destaca que, ao consumirmos imagens veiculadas pela televisão e outros meios, frequentemente somos levados a crer que estamos diante da “realidade” sem questionar a veracidade dessas representações. Essas imagens são sistematicamente selecionadas e editadas, moldadas por quem as transmite, o que significa que não enxergamos a realidade de forma completa ou autêntica, e sim como uma versão filtrada dela.

Além disso, Chauí (2006) aponta que a atual abundância de informações disponíveis nos meios de comunicação, sobretudo na televisão e na internet, cria a ilusão de que estamos bem-informados. Entretanto, essa saturação informacional pode gerar confusão e desinformação.

Portanto, apesar das críticas legítimas que a imprensa possa receber, ela deve ser reconhecida como um elemento fundamental para garantir a diversidade de informações e representa uma das principais ferramentas de resistência ao autoritarismo.

Importa destacarmos que é notório o processo sistemático de descredibilização da imprensa e das instituições democráticas, promovido por segmentos extremistas que buscam ascender ao poder ou que já o detêm. Trata-se de uma estratégia planejada e orgânica, que atua em múltiplas frentes para enfraquecer a confiança pública nesses pilares fundamentais da democracia.

As notícias não surgem de forma isolada; elas resultam de uma relação interativa entre quem produz a informação (os jornalistas) e quem a consome (o público). Essa dinâmica é essencial para compreendermos como as notícias são criadas, construídas e percebidas. Por meio da utilização de imagens mentais e experiências compartilhadas, o jornalismo constrói narrativas que se apresentam como verdadeiras e relevantes para uma audiência específica. Esse processo de seleção e construção do que é considerado noticiável revela que a notícia é, em última instância, uma interpretação da realidade, e não uma simples transcrição factual (Gomes, 2003).

Nesse contexto, destacamos a importância da educação no desenvolvimento das novas gerações, para que elas sejam capazes de realizar uma leitura do mundo crítica e consciente (Freire, 2022), habilitando-se a lidar de forma eficaz com a disseminação de notícias falsas. A pluralidade de vozes nos meios jornalísticos e no ambiente educacional é fundamental para ampliar o pensamento crítico e fortalecer a

democracia. Compreender como as informações digitais podem ser contaminadas por *fake news* exige uma análise profunda e crítica do papel da informação e da comunicação na formação social.

Como nos ensina Freire (2022, p. 10), “[...] a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, ressaltando que a compreensão do contexto social e da realidade é condição indispensável para a interpretação crítica dos textos e das informações recebidas.

1.2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

Embora os dicionários geralmente não apresentem uma definição precisa para o conceito de educação emancipadora, Januário (2020) destaca a complexidade da tradução do termo alemão *mündigkeit*, que abarca tanto dimensões individuais quanto sociais. Esse conceito refere-se à libertação de qualquer forma de tutela, seja intelectual ou social. Assim, o indivíduo que alcança a capacidade de pensar e agir com autonomia realiza a transição da minoridade para a maioridade.

Ao tratar da emancipação, Adorno (1995) retoma o iluminismo kantiano, fundamentado no despertar intelectual. A ideia central é que o indivíduo passa a utilizar sua própria razão, atingindo uma condição de maioridade em que se torna capaz de construir seus próprios posicionamentos diante do mundo. Na minoridade, como afirmam Adorno e Horkheimer (1996), o indivíduo é incapaz de sustentar-se por si mesmo. Contudo, os autores alertam para um possível risco desse modelo iluminista: a ascensão do oprimido pode resultar na reprodução de novos ciclos de dominação e barbárie. Por isso, eles defendem uma concepção de educação emancipadora pautada numa solidariedade consciente e ampla, que evite que o libertado hoje se torne o opressor amanhã, perpetuando os ciclos de opressão.

Adriano Januário, em sua obra “Educação e resistência em Theodor W. Adorno”, ressalta o papel da educação como instrumento de resistência à dominação social e à semiformação. Para Januário (2020), a educação deve promover autonomia e autorreflexão crítica, elementos fundamentais para a emancipação tanto individual quanto social. Em consonância, Adorno (2008) define a educação emancipadora como um processo crítico e reflexivo que ultrapassa a mera formação acadêmica, buscando desenvolver uma consciência crítica acerca das estruturas sociais e

culturais dominantes.

Entendemos, dessa forma, que uma formação que emancipa indivíduos, tornando-os críticos e capazes de resistir a diversas formas de opressão e manipulação, enfrenta resistência no contexto educacional. A crise da formação crítica nas escolas brasileiras reflete as pressões sociais, políticas e ideológicas que priorizam uma educação instrumental, em detrimento de uma abordagem que efetivamente promova o desenvolvimento integral e emancipatório dos sujeitos.

A educação, quando repensada nesse contexto, deve promover tanto a aquisição de conhecimento quanto a capacidade de refletir criticamente sobre as relações sociais, culturais e tecnológicas que moldam a vida dos indivíduos na contemporaneidade. Januário (2020, p. 47) argumenta:

Se o campo educacional se apresenta para Adorno como um fenômeno social especial, pois é capaz de estimular a atenção em relação às contradições sociais, e com isso, estimular a resistência ao padrão de dominação social, seria preciso então tratar mais de perto a constelação de problemas e conceitos que estes campos trazem consigo.

Dessa forma, Januário (2020) apresenta uma compreensão fundamentada em Adorno, que suscita uma constelação de problemas que ultrapassam as questões convencionais da educação, tradicionalmente circunscritas à relação entre ensino e aprendizagem. A perspectiva adorniana está diretamente vinculada a um diagnóstico temporal, que envolve a sociedade capitalista em suas múltiplas dimensões.

Adorno (2002) revela como o capitalismo não se limita à esfera econômica, influenciando e dominando as estruturas sociais e culturais, abrangendo as relações sociais, a produção cultural e as formas de conhecimento. Esse autor assevera que vivemos numa sociedade marcada por um capitalismo avançado, cuja exploração econômica penetra profundamente nas esferas culturais, afetivas e educacionais. Assim, a racionalidade moderna, que no Iluminismo pretendia libertar o homem da ignorância, transformou-se em uma racionalidade instrumental, voltada exclusivamente para a eficiência, o lucro e o controle.

Um dos papéis centrais da educação no processo pedagógico deveria ser o de oferecer aos estudantes instrumentos teóricos e metodológicos que lhes possibilitassem desenvolver a capacidade de discernimento crítico diante das múltiplas informações que circulam na sociedade contemporânea. Dessa forma, a educação deixaria de ser um mero instrumento de transmissão de conhecimento para

assumir um papel emancipador. Como explica Adorno (1995, p. 27)

A educação crítica é tendencialmente subversiva. É preciso romper com a educação enquanto mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com o outro não idêntico, o diferenciado. Por sua vez, a recuperação da experiência formativa permitiria reconstruir um padrão para o que seria efetivamente 'racional', sem o déficit emancipatório que a racionalidade instrumental impõe. Esta não seria simplesmente uma necessidade 'intelectual', ou 'cultural', mas corresponde a uma necessidade material, já que tem a ver com os rumos da barbarização que inexoravelmente progride na sociedade vigente. É uma questão de sobrevivência.

A educação crítica, em sua essência, se posiciona como uma força subversiva e transformadora diante das estruturas sociais e culturais hegemônicas. Ao rejeitar a mera apropriação técnica e a aplicação acrítica de receitas que privilegiam a eficiência, ela propõe uma redireção do aprendizado para um espaço que valoriza a reflexão crítica, o diálogo genuíno e a elaboração histórica.

Esse enfoque educacional privilegia o contato com o outro, isto é, aquele que é diferente e, por sua singularidade, enriquece a experiência formativa. A recuperação dessa experiência não se trata de um projeto meramente abstrato ou intelectual, e sim de uma reconfiguração do conceito de racionalidade. O modelo predominante, por vezes assistemático e instrumental, gera um déficit emancipatório que perpetua dominação e alienação.

Transformar esse paradigma educacional torna-se, assim, uma questão de sobrevivência social e cultural, especialmente diante da crescente barbárie manifestada por práticas autoritárias e discursos de ódio. Essa realidade impõe a necessidade de um engajamento crítico e consciente dos indivíduos, fundamentado numa educação que emancipe e fortaleça a resistência contra essas ameaças.

O tema da educação emancipadora tem presença histórica na reflexão sobre a Educação, sendo geralmente compreendido como um processo de preparação dos indivíduos com os subsídios necessários para a superação da conformidade social. Em outras palavras, a educação deve ser concebida como um instrumento que propõe a recuperação da experiência formativa por meio de um aprendizado que transcenda a racionalidade instrumental, cujos objetivos privilegiam resultados práticos e mensuráveis em detrimento de aspectos humanos, éticos e emancipatórios.

Januário (2020) defende uma concepção de educação que ultrapassa a mera transmissão de conteúdos, propondo uma formação integral do sujeito, capaz de

pensar criticamente, assumir posicionamentos conscientes e sustentar suas ideias de forma fundamentada. Em um cenário contemporâneo marcado pela ampla circulação de desinformação e pela produção industrializada de *fake news*, essas competências tornam-se indispensáveis.

A capacidade de análise crítica, argumentação e discernimento ético configura-se como um instrumento fundamental tanto para resistir aos processos de manipulação informacional quanto para atuar ativamente na promoção de uma cultura de responsabilidade informacional e no fortalecimento da democracia. Dessa forma, o desafio da educação ultrapassa a mera adaptação às tecnologias digitais, estendendo-se à capacidade da escola de formar alunos com uma consciência crítica apta a lidar com o imenso volume de informações provenientes dos mais diversos meios.

Cabe pontuarmos que a democratização do acesso à internet e o crescimento das redes sociais trouxeram o fim das barreiras ao acesso à informação. Contudo, como será abordado mais adiante, as redes sociais, assim como outros meios de comunicação, não são neutras. Nesse ambiente fluido, marcado por mudanças rápidas e constantes, tudo é novo e mutável numa velocidade inédita, o que transforma profundamente nossos comportamentos e nossas formas de interação social.

A fluidez nas redes sociais se manifesta pela velocidade, leveza e volatilidade com que informações, opiniões e imagens são disseminadas e consumidas. Os conteúdos circulam de maneira instantânea e, frequentemente, sem mediação crítica, o que contribui para a superficialidade nas interações e compromete a construção de discursos coerentes.

À luz das reflexões de Bauman (2001) sobre a modernidade líquida, podemos inferir que essa fluidez digital reflete uma lógica de consumo extremamente rápida e descartável, que se estende também às relações interpessoais e aos processos comunicativos. Nas plataformas digitais, tudo se converte em engajamento, priorizando mais a visibilidade e o espetáculo do que a reflexão crítica. Essa dinâmica favorece a viralização de *fake news*, visto que conteúdos de caráter emocional e sensacionalista tendem a se propagar com muito mais rapidez do que informações verificadas e complexas.

É nesse contexto que se destaca a importância da educação emancipadora, cuja força reside na formação crítica dos indivíduos diante dos desafios da sociedade

contemporânea, capacitando-os para a emancipação verdadeira.

A abordagem crítica de Adorno (1995) revela uma preocupação profunda com as implicações sociais e éticas derivadas do modelo iluminista de Kant. Embora a ascensão do oprimido, a princípio, represente um avanço rumo à liberdade, pode, sem uma reflexão crítica e uma consciência solidária, transformar-se em um mecanismo que reproduz um novo ciclo de dominação. Dessa visão crítica, depreendemos que a ideia de libertação nem sempre conduz a uma sociedade mais justa, igualitária e solidária. Para o autor em questão, sem o desenvolvimento de uma consciência crítica e solidária, a emancipação pode converter-se em um novo regime de opressão, alimentando mecanismos que perpetuam processos dominativos e mantêm a barbárie em suas múltiplas manifestações.

Embora Paulo Freire e Theodor W. Adorno tenham desenvolvido suas reflexões em contextos sociopolíticos distintos — Freire no Brasil durante o regime militar e Adorno na Alemanha do pós-nazismo —, ambos convergem em uma crítica contundente aos modelos educacionais que restringem o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica dos indivíduos.

Freire (2013), em sua obra seminal “Pedagogia do oprimido”, denuncia o modelo da educação bancária, no qual o educador deposita conteúdos nos educandos, tratados como receptáculos passivos. Essa abordagem perpetua a opressão, pois impede a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento e na transformação da realidade social. Em contraposição, ele propõe uma educação problematizadora, que valoriza o diálogo e a conscientização crítica, capacitando os educandos a intervirem de forma emancipatória no mundo em que vivem.

Adorno (2008), por sua vez, em textos como “Educação e Emancipação”, analisa a formação (*bildung*) na sociedade contemporânea, destacando o fenômeno da semiformação (*halbbildung*), caracterizado pela assimilação superficial de conteúdos culturais sem a devida reflexão crítica. Para ele, essa forma limitada de formação contribui para a conformidade e a reprodução das estruturas sociais opressoras, em vez de promover a emancipação dos indivíduos. Esse autor sustenta que a educação deve fortalecer a resistência às tendências autoritárias, incentivando a capacidade de julgamento autônomo e a consciência das contradições sociais.

Assim, ambos os autores enfatizam a necessidade de uma educação que transcenda a mera transmissão de conteúdos, visando a formação de sujeitos críticos, conscientes de seu papel transformador na sociedade. Apesar das diferenças teóricas

e históricas, ambos reconhecem na educação um instrumento imprescindível para a emancipação humana e a transformação social.

Importa destacarmos que a proposta de Adorno (2008) para uma educação emancipadora visa promover uma solidariedade consciente. Nessa perspectiva, a solidariedade é entendida como uma interconexão que reconhece a complexidade das relações sociais e exige uma transformação coletiva capaz de abolir a lógica pela qual o oprimido se liberta apenas para tornar-se opressor. Essa concepção visa capacitar os indivíduos para que reflitam criticamente sobre suas posições e sobre as estruturas de poder que as circundam.

A emancipação, nesse sentido, não é um “estado final”, e sim um processo contínuo que demanda vigilância constante e desenvolvimento crítico permanente, em que os sujeitos são incentivados a questionar não apenas suas próprias experiências de opressão, mas também as dinâmicas de poder presentes na sociedade, evitando assim a repetição dos ciclos de dominação criticados por Adorno (2008).

Por outro lado, a visão adorniana sobre educação emancipadora se contrapõe a uma concepção utilitarista do conhecimento, frequentemente utilizada para justificar processos de dominação. Para Adorno (2008), cabe à educação não preparar os indivíduos simplesmente para a inserção no sistema produtivo capitalista, mas, sobretudo, para uma transformação social que promova uma consciência crítica fundamentada em um compromisso coletivo com a justiça e a igualdade.

Adorno (1995) relaciona a emancipação ao conceito de maioridade, entendida como a capacidade do indivíduo de usar sua própria razão para formar posicionamentos autônomos. O sujeito emancipado pensa por si mesmo, assume responsabilidade por suas ações e age com autonomia. Em linhas gerais, a maioridade implica a constituição de um estado em que a pessoa é capaz de questionar normas sociais e, principalmente, refletir de maneira crítica sobre a própria realidade. Dessa forma, o indivíduo emancipa-se das influências externas que moldam o pensamento numa sociedade dominada por estruturas de poder e ideologia.

Em contrapartida, a minoridade caracteriza-se pela incapacidade de autossustentação racional e crítica. Segundo Adorno (1995), essa condição perpetua a dependência e a submissão, dificultando a transição para a maioridade. Indivíduos em estado de minoridade tendem a submeter-se a líderes ou instituições, buscando segurança diante das incertezas e medos típicos de nossa era. Por isso, a emancipação deve abranger também a dimensão afetiva, reconhecendo e integrando

os medos e ansiedades humanos:

[...] a educação precisa levar a sério o que já de há muito é do conhecimento da filosofia: que o medo não deve ser reprimido. Quando o medo não é reprimido, quando nos permitimos ter realmente tanto medo quanto esta realidade exige, então justamente por essa via desaparecerá provavelmente grande parte dos efeitos deletérios do medo inconsciente reprimido (Adorno, 2008, p. 139-140).

Essa afirmação sugere que, ao permitir que os indivíduos reconheçam e sintam seus medos, há uma maior possibilidade de transformá-los em consciência crítica, possibilitando uma gestão mais saudável desses afetos. Assim, os impactos prejudiciais do medo reprimido sobre a saúde mental e emocional são reduzidos, promovendo maior liberdade e autonomia no cotidiano. Dessa forma, a educação que acolhe o medo como parte legítima da experiência humana atua como um importante instrumento de emancipação, criando um espaço seguro para a exploração e a compreensão das emoções mais complexas.

Adorno (2006) ressalta a importância de uma educação que não apenas reconheça, mas enfrente os afetos primitivos, criando um espaço no qual os indivíduos possam lidar com suas inseguranças sem recorrer a instâncias superiores, frequentemente marcadas por perfis autoritários. A crítica à cultura da conformidade e à semiformação é central em sua obra, pois ele defende que a verdadeira emancipação exige um compromisso com a autonomia e a responsabilidade pessoal. Nesse sentido, a reflexão adorniana sobre o medo e a emancipação torna-se fundamental para a compreensão dos desafios contemporâneos na formação de sujeitos críticos e autônomos.

Conforme Adorno (1995), o medo não deve ser reprimido, e sim enfrentado. Para ele, a repressão dos afetos fragiliza a individualidade, tornando os indivíduos mais vulneráveis às ideologias autoritárias, que costumam prometer segurança em troca da liberdade. No contexto atual da circulação massiva de *fake news*, é comum a criação de inimigos imaginários, utilizando o medo como mecanismo de controle e alienação social. Assim, a emancipação transcende a mera liberdade política: envolve a capacidade de pensar criticamente, libertando-se das amarras da conformidade social e da ideologia dominante, além de questionar normas e valores impostos.

Para alcançar esse objetivo, a educação precisa ser orientada para a formação integral do ser humano, considerando tanto os aspectos intelectuais quanto os

emocionais e éticos. A formação integral visa construir indivíduos autônomos, críticos e conscientes, capazes de contribuir positivamente para a sociedade e de realizar-se plenamente em suas vidas pessoais e profissionais. Nesse sentido, a educação deixa de ser uma prática voltada exclusivamente para a inserção no mercado de trabalho e passa a ser entendida como um instrumento de emancipação, cidadania e transformação social.

Essa concepção dialoga diretamente com a visão de Freire (1996), para quem a educação deve promover a consciência crítica e o compromisso ético com a construção de um mundo mais justo, solidário e democrático.

Adorno (1995 *apud* Januário, 2020) argumenta que a educação, por si só, não pode transformar a estrutura da sociedade capitalista; porém, pode agir no nível do indivíduo, criando condições para resistir aos mecanismos sociais que deram origem, por exemplo, ao nazismo:

Apesar de apontar para os mecanismos psicológicos envolvidos na possível repetição de Auschwitz e do fascismo, essa questão é, 'em definitivo uma questão social, não uma questão psicológica'. O motivo de tal foco parece recair mais nos momentos psicológicos individuais e o fato de que outros momentos, mais essenciais, escapam em boa medida, principalmente a vontade da educação, senão já à intervenção dos indivíduos em geral. Ou seja, a educação não é capaz, por si só, de mudar a estrutura da sociedade capitalista; ela não é capaz de produzir concretamente tendência para a emancipação social. Apesar disso, ela pode alterar o aspecto individual. O campo educacional pode intervir diretamente na formação subjetiva, criando assim condições de resistência aos mecanismos sociais que deram origem ao nazismo (Januário, 2020, p. 101-102).

Ao desenvolver essa ideia, Januário (2020) destaca a necessidade de uma educação voltada para a maioria, retomando um ponto central na reflexão de Adorno: a temporalidade. Isso porque, a elaboração crítica do passado é essencial para evitar a repetição de atrocidades como Auschwitz, cujo êxito na manipulação das massas foi decisivo para a ascensão do nazismo. Portanto, uma educação esclarecedora deve revelar os mecanismos sociais e psicológicos que possibilitaram esses eventos históricos. A memória, assim, torna-se uma aliada indispensável para que não se repitam os mesmos erros:

É por isso que ele [Adorno] propõe que a educação se volte para a 'autorreflexão crítica' e para a maioria, e, portanto, para a autonomia. Nas condições 'atuais' essa seria a única forma de se combater aqueles mecanismos sociais que deram origem à Auschwitz seria a autonomia [...]. A

autonomia surge como contraponto necessário à produção social das condições que deram origem a Auschwitz (Januário, 2020, p. 102).

Para Januário (2020), esclarecer os processos históricos que levaram a humanidade às formas extremas de barbárie e suas consequências é fundamental para evitar a adesão irrefletida ao coletivo e a naturalização desses processos. Nesse contexto, a educação torna-se relevante na formação humana, capacitando os indivíduos a se conectarem criticamente com os desafios da sociedade contemporânea, ou seja, uma sociedade que ainda enfrenta, sob outras formas, ameaças semelhantes às que alimentaram o nazismo e o fascismo.

Devemos salientar que vivemos em um mundo cada vez mais constituído por políticas neoliberais e pela indústria cultural. Vivemos em uma sociedade cada vez mais digital e interconectada, na qual somos constantemente bombardeados por informações abundantes, muitas vezes falsas ou distorcidas, capazes de influenciar e alterar comportamentos. Apesar dos inúmeros debates sobre as disfunções presentes em nossa sociedade, poucos avanços foram efetivamente alcançados para que as pessoas possam lidar criticamente com essas informações.

Combater as *fake news* e a desinformação exige, sobretudo, compreender a origem dessa problemática. A educação emancipadora consiste em uma janela que visa não só a formação intelectual, visto que se apresenta como uma questão de sobrevivência da própria humanidade diante do cenário atual, caracterizado pela ausência de uma formação crítica capaz de questionar as estruturas opressivas que levam à desumanização. É nesse sentido que Januário (2020) põe em evidência a relevância da elaboração do passado como meio de esclarecimento. Isso demanda um processo de reflexão crítica sobre o passado, de modo a compreender as atrocidades cometidas pela humanidade.

Sem a lembrança e a reflexão crítica sobre o passado, a sociedade corre o risco de repetir os mesmos erros e, assim, permanecer na ignorância, seguindo um processo de conformidade. O resgate da memória das atrocidades precisa emergir, portanto, como um alerta e um imperativo moral, com o objetivo de tornar os indivíduos autoconscientes e responsáveis por suas ações, capazes de resistir às ideologias autoritárias e, principalmente, às manipulações sociais presentes nas redes.

Não se trata de uma mera recordação dos acontecimentos, como também de um mergulho profundo nas causas e consequências das ações humanas, especialmente aquelas geradoras de violência, opressão e manipulação. A

elaboração do passado configura-se, assim, como um passo fundamental para que os indivíduos possam refletir e reconhecer suas fraquezas e medos e, por conseguinte, identificar os mecanismos que podem levar à barbárie. Adorno (2006) aborda o papel da educação nesse contexto:

A tese que gostaria de discutir é a de que a desbarbarizar tornou-se a questão mais urgente da educação hoje em dia. O problema que se impõe nessa medida é saber se por meio da educação pode-se transformar algo de decisivo em relação à barbárie. Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização – e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás, uma tendência imanente que a caracteriza. Considero tão urgente impedir isso que eu reordenaria todos os outros objetivos educacionais por essa prioridade (Adorno, 2006, p. 2).

Vivemos numa sociedade complexa, permeada por guerras, atrocidades e processos que, cada vez mais, desumanizam as pessoas. A polarização social, alimentada por *fake news* e discursos de ódio, impõe a urgência de desbarbarizar a sociedade por meio da educação, destacando que, apesar dos avanços tecnológicos, muitos indivíduos permanecem atrasados em seu desenvolvimento social e emocional. A barbárie é entendida como essa condição em que as pessoas, mesmo vivendo numa civilização avançada, manifestam comportamentos de agressividade primitiva e um impulso destrutivo que ameaça a própria existência social (Adorno, 2006).

No contexto atual, entendemos que a educação deve ser vista como um espaço de resistência contra a desinformação, por meio de uma formação que promova a autoconsciência. A integração da prática da reflexão sobre o passado possibilita que os indivíduos desenvolvam a capacidade crítica diante de situações semelhantes, tornando-os capazes de resistir e discernir entre informações falsas e verdadeiras. Permite, igualmente, a resistência às ideologias autoritárias presentes na sociedade atual, que, assim como no passado, buscam se impor por meio de narrativas nutridas por informações falsas e manipulações com diversos objetivos.

Sob essa perspectiva, a educação pode atuar de maneira importante na construção de uma sociedade capaz de se informar e, ao mesmo tempo, ser resiliente aos processos de desinformação. Nesse ponto, compreendemos a aposta de Adorno

na exigência de uma elaboração do passado pela educação. A partir da reflexão crítica, somos capazes de lidar com o que fizemos e somos capazes de agir. Isso porque,

No fundo, tudo dependerá do modo pelo qual o passado será referido no presente; se permanecemos no simples remorso ou se resistimos ao horror com base na força de compreender até mesmo o incompreensível. Naturalmente, para isso será necessária uma educação dos educadores (Adorno, 2006, p. 49).

Compreender o passado e elaborá-lo é de suma importância. Isso nos leva a uma forma de pensar que valoriza a reflexão e o questionamento, em contraposição à mera transmissão de conhecimentos. Por meio desse processo educativo, os indivíduos podem tornar-se agentes de transformação social, capazes de se posicionar criticamente diante dos desafios da sociedade.

Ao considerar a educação como ferramenta capaz de capacitar os indivíduos a resistirem à conformidade e à dominação ideológica, podemos identificar as possíveis conexões complexas entre ideologia e *fake news*. Essas são mutuamente influenciadas, embora sejam fenômenos distintos. A ideologia age como uma lente através da qual a informação é filtrada, podendo levar à distorção da verdade em favor de agendas ideológicas. Nesse sentido, as pessoas tendem a acreditar naquilo que encontra alguma relação com suas crenças preexistentes, enquanto desconsideram informações contraditórias.

Consideramos relevante destacar que, nesse modelo de educação, os estudantes são encorajados a ser críticos, questionadores e autônomos, buscando constantemente o conhecimento e a transformação de si mesmos e da sociedade em que estão inseridos. Além disso, a educação emancipadora tem como meta a igualdade de oportunidades, valorizando a diversidade e combatendo todas as formas de discriminação. Essa é uma abordagem que promove a formação integral dos indivíduos, preparando-os para serem cidadãos conscientes e ativos, capazes de contribuir de forma positiva para a construção de um mundo mais justo e igualitário.

No contexto da disseminação de informações falsas, como apresentado anteriormente, é fundamental que a educação emancipadora seja um instrumento essencial para superar a ameaça autoritária e ideológica. Adorno (1995) argumenta que a passividade e a conformidade são fenômenos sociais que devem ser combatidos. Nesse sentido, as *fake news* precisam ser enfrentadas. Notamos que as

notícias falsas são aceitas, muitas vezes, sem contestação, devido à passividade do público e à conformidade com o que é apresentado.

Adorno (1995) adverte que essa passividade é alimentada pela falta de pensamento crítico e pela negação da autonomia do indivíduo. Esse cenário é, a nosso ver, propício à propagação das *fake news*. A conformidade é reforçada, inclusive, pela necessidade de pertencimento a um grupo social e pelo medo da exclusão ou da crítica. O referido autor argumenta que a ausência de questionamento e a busca por conforto e segurança tornam as pessoas suscetíveis a aceitar ideias sem um exame crítico. Quando os indivíduos não questionam as informações que recebem e não se dedicam a um processo reflexivo, tornam-se vulneráveis a narrativas que promovem visões distorcidas de mundo.

Diante disso, a educação precisa estimular a experiência intelectual e a disposição para desafiar o *status quo*, capacitando os indivíduos, integrando-os aos processos informativos, dotando-os de capacidade de questionamento e interpretação à luz de suas vivências e contextos sociais.

Adorno (1995) destaca uma questão central que impacta a educação: a semiformação. Para o autor, esta seria responsável por uma crise ampla da formação cultural, a tal ponto que essa questão não poderia se restringir ao campo da Pedagogia, pois estaria alastrado em todos os domínios da vida, manifestando-se até mesmo em pessoas consideradas cultas. Se o problema se restringisse ao âmbito pedagógico, teríamos a ilusão de que uma reforma educacional pudesse resolvê-lo, ignorando o poder das forças extrapedagógicas que a indústria cultural, por exemplo, exerce sobre as pessoas.

A semiformação implica em conhecimento fragmentado e superficial, no qual as pessoas não desenvolvem uma compreensão crítica sobre os temas. O perigo da semiformação está na percepção equivocada da pessoa que se sente culta e autorizada a disseminar informações. No âmbito das *fake news*, por exemplo, as informações distorcidas são frequentemente aceitas sem qualquer questionamento, sendo replicadas e transformadas em verdades para muitas pessoas. Isso ocorre principalmente porque indivíduos sem uma formação crítica não dispõem das ferramentas e habilidades necessárias para avaliar a veracidade das informações que recebem.

Esse é um processo inserido na lógica da indústria cultural, sendo este conceito elaborado por Adorno e Horkheimer (1996) para descrever a padronização da

produção cultural em massa, voltada para a manutenção de um público passivo e conformado. Essa homogeneização dos conteúdos culturais contribui para a redução da capacidade crítica dos indivíduos.

Sob essa perspectiva, a disseminação de *fake news* encontra terreno fértil, pois se insere em um sistema que já promove a alienação e a manipulação das massas. Assim, ao reforçar narrativas simplificadas e sensacionalistas, as notícias falsas colaboram com os mecanismos de controle simbólico da sociedade, impedindo a formação de uma consciência crítica.

Em contraposição, a educação emancipadora, ao desenvolver nos educandos a capacidade de analisar os discursos que os cercam, identificar contradições e reconhecer as intenções por trás das informações veiculadas, transforma-se em um mecanismo de resistência à manipulação simbólica. Dessa forma, a formação crítica contribui para desnaturalizar *as fake news*, fortalecendo a cidadania ativa e o compromisso com a verdade, elementos essenciais para o fortalecimento da democracia e da humanização.

1.3 AS INFLUÊNCIAS DA INDÚSTRIA CULTURAL E AS *FAKE NEWS*

A indústria cultural transformou profundamente a sociedade, a arte e o entretenimento. Essa transformação proporcionou maior acessibilidade e popularização da cultura, alcançando um público cada vez mais amplo e influenciando gostos, estilos e tendências. Contudo, trouxe também questões problemáticas relacionadas com a produção em série, a mercantilização da cultura e o poder das grandes corporações midiáticas, que afetam diretamente a autonomia dos indivíduos.

Essa uniformização das experiências e percepções tende a provocar uma mudança significativa, visto que rompe com a individualidade, uma vez que as pessoas, por meio da indústria cultural, passam a consumir as mesmas narrativas, as mesmas músicas, os mesmos filmes e outras formas culturais. Assim, as características singulares de cada pessoa são apagadas, resultando em sujeitos homogêneos, com comportamentos padronizados e reduzida capacidade crítica.

A destruição da subjetividade promovida pela indústria cultural transforma a maneira como os indivíduos pensam e se relacionam com o mundo, induzindo-os a se adequarem a padrões midiáticos preestabelecidos. Nesse processo, suas vivências

personais e emoções são gradativamente silenciadas ou reduzidas, cedendo lugar a comportamentos uniformizados e à perda da autenticidade.

A indústria cultural exerce um poder manipulador sobre as massas, utilizando técnicas persuasivas para influenciar comportamentos e opiniões. Como resultado, as pessoas são condicionadas a consumir cada vez mais, sem questionar as implicações sociais, políticas e econômicas dessas escolhas. Por isso, é fundamental promover uma educação crítica que estimule o pensamento reflexivo, a criatividade e a resistência às influências da indústria cultural.

Na sociedade contemporânea, a semiformação se manifesta claramente na maneira como as pessoas consomem informações, sobretudo nas redes sociais e na mídia digital. A superficialidade do conhecimento, a ausência de reflexão crítica e a aceitação acrítica de narrativas simplificadas são sintomas evidentes dessa condição. Esse cenário impõe um grande desafio à educação: possibilitar uma formação mais profunda e crítica, capaz de capacitar os indivíduos a pensarem de forma autônoma e a resistirem às ideologias dominantes; em especial, às *fake news*.

Entendemos que seja necessário, a priori, reconhecer o modelo industrial que impulsiona a disseminação e a naturalização das notícias falsas e enganosas, gerando consequências negativas e impactando diretamente a forma de pensar e agir das pessoas, o que já afeta o bem-estar coletivo.

Empregamos o conceito de semiformação na perspectiva adorniana, a fim de tecer uma crítica à superficialidade e à ausência de reflexão que permeiam a contemporaneidade. Esse problema manifesta-se na forma do consumo passivo de informações, bem como na aceitação passiva e na obediência cega aos conteúdos recebidos, sobretudo nas redes sociais. Para superar essa condição, que domina os sujeitos e gera impactos negativos profundos na sociedade, é imprescindível investir em uma educação transformadora, alicerçada na promoção da autonomia, na capacidade de criticar construtivamente e na habilidade de realizar reflexões profundas e enriquecedoras. Só assim será possível cultivar uma mentalidade crítica e consciente, apta a enfrentar os desafios e as complexidades atuais.

Consideremos a perspectiva de Adorno (2002), para quem a cultura não pode ser compreendida de forma isolada ou reduzida a um mero conjunto de normas ou ideologias. Ela é simultaneamente produto e agente da sociedade, moldando e sendo moldada por esta. A teoria crítica desenvolvida pelo referido autor propõe uma abordagem que busca compreender a cultura em sua totalidade, considerando as

interações entre normas culturais, ideologias e condições sociais, evitando as armadilhas da superficialidade que ignoram a complexidade da realidade social.

Acerca dessa problemática, Chauí (2000) afirma que as ideologias presentes na cultura popular funcionam como mecanismos de naturalização da desigualdade e legitimação das estruturas de dominação. Essas ideologias são reforçadas pelas condições sociais que mantêm parcela significativa da população à margem do pensamento crítico. Nesse sentido, o fenômeno das *fake news* e da desinformação encontra terreno fértil em ambientes marcados pela precariedade educacional. A desinformação, ao se disseminar por meio de narrativas simplificadas e apelativas, reforça o conformismo e dificulta o desenvolvimento de uma consciência crítica.

Adorno (2002) argumenta que a semiformação é alimentada pela indústria cultural, pois esta produz conteúdos facilmente consumidos que não promovem engajamento intelectual. A cultura torna-se uma mercadoria, e as pessoas, consumidoras passivas, incapazes de desenvolver pensamento autônomo. Isso leva à aceitação das normas sociais e ideológicas sem questionamentos, resultando em uma sociedade cada vez mais alienada. A falta de reflexão crítica e a adesão cega a essas normas provocam a homogeneização do pensamento e a diminuição da diversidade cultural. Dentro da lógica da indústria cultural, a semiformação constitui uma condição necessária para sua perpetuação, limitando a capacidade dos indivíduos de se engajarem em uma reflexão crítica sobre suas próprias vidas e sobre a sociedade.

Adorno (2002) tece uma crítica sobre o funcionamento da indústria cultural e suas relações com a sociedade. Para ele, essa indústria tornou-se um sistema que domina a produção e distribuição dos bens culturais, padronizando-os e priorizando a eficácia e a repetição em detrimento da inovação e da criatividade.

A indústria cultural tem tendência de se converter em um conjunto de protocolos, e, por essa mesma razão, de se tornar o irrefutável profeta do existente. Entre a alternativa representada pela falsa notícia individualizada e pela verdade manifesta, ela sai pela tangente, habilmente repetindo este e aquele fenômeno, opondo sua capacidade ao conhecimento e erigindo a ideal o próprio fenômeno em sua continuidade onipresente (Adorno, 2002, p. 27-28).

Diante disso, conforme pontua o autor, a educação deve ser capaz de lidar com as estruturas do capitalismo que reduzem os seres humanos a meros consumidores. Partindo dessa premissa, podemos afirmar que a educação emancipadora se torna um instrumento capaz de contribuir pedagogicamente para a superação da

passividade e conformidade coletiva provenientes da indústria cultural, libertando os sujeitos para um pensar na direção da resistência.

Promover a diversidade cultural e social na educação consiste em um aspecto importante para a construção de uma sociedade plural, capaz de valorizar e fortalecer a diversidade cultural. Essa conexão entre diversidade cultural e educação emancipadora amplia o entendimento do mundo e das experiências humanas, ajudando os indivíduos a valorizarem a si mesmos e aos outros. Assim, contribui para a construção de pontes, o desmantelamento de preconceitos, a convivência pacífica e colaborativa, o enfrentamento das injustiças e a promoção dos direitos de grupos historicamente oprimidos. Nesse sentido, é por meio da educação que se pode valorizar as diferenças e fortalecer a diversidade cultural como um recurso positivo para a construção de uma sociedade melhor, solidária e justa.

Ao proporcionar aos alunos o contato com diferentes culturas, ideias e experiências, a educação fomenta a empatia e a compreensão, essenciais para a convivência pacífica em uma sociedade democrática. Essa valorização da diversidade contribui para a formação de indivíduos mais empáticos, tolerantes e respeitosos.

Entretanto, ao apresentar a cultura de forma naturalizada, torna-se difícil qualquer mudança ou contestação. Adorno (2002) explica que a cultura, quando naturalizada, reforça as ideologias dominantes, criando a percepção de que as condições sociais atuais são inevitáveis e imutáveis. Essa naturalização impede que os indivíduos questionem as estruturas de poder e as normas sociais, levando à aceitação passiva do *status quo*. A cultura de massa, portanto, não é apenas um reflexo da sociedade, mas também um instrumento estrategicamente articulado para perpetuar as desigualdades e injustiças existentes. Ao apresentar a cultura como algo dado, os indivíduos passam a acreditar que não há alternativas viáveis, limitando sua capacidade de contestação e transformação social.

Acerca do objetivo deste estudo e considerando as contribuições de Adorno (2002), este autor estabelece uma distinção entre “falsa notícia individualizada” e “verdade manifesta”. A falsa notícia individualizada refere-se a representações distorcidas da realidade, frequentemente disseminadas pela indústria cultural e pelas mídias de massa. Essas representações simplificam e distorcem a complexidade da realidade, criando uma visão de mundo que favorece as narrativas dominantes. Assim, funciona como um mecanismo de controle social, desviando a atenção dos indivíduos das questões estruturais que afetam suas vidas e perpetuando a

desinformação.

Por outro lado, a verdade manifesta corresponde a uma compreensão mais profunda da realidade, para além das aparências e das representações simplificadas. Essa verdade exige esforço crítico e reflexivo por parte dos indivíduos, que passam a questionar as informações recebidas e buscam uma compreensão mais abrangente das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldam suas vidas. A busca por essa verdade é, portanto, um ato de resistência contra a naturalização da cultura e das ideologias dominantes.

A distinção entre falsa notícia individualizada e verdade manifesta é fundamental para a formação de uma consciência crítica. Ao reconhecer as distorções presentes nas representações culturais e midiáticas, os indivíduos podem começar a questionar as narrativas que lhes são apresentadas e buscar uma compreensão mais autêntica da realidade. Essa conscientização constitui um passo crucial para a contestação das condições sociais e ideológicas vigentes e para a promoção de mudanças significativas na sociedade.

De modo semelhante à indústria cultural, as *fake news* empregam estratégias como apelos emocionais e a constante reprodução de conteúdos, com o objetivo de atrair a atenção e moldar a percepção da realidade. Assim como a indústria cultural busca manter os indivíduos em um estado de passividade e conformismo, a propagação de *fake news* tem o efeito de ofuscar a verdade e dificultar o desenvolvimento do julgamento crítico. Ambas operam dentro de um mesmo sistema de manipulação simbólica que, em vez de promover o esclarecimento, prioriza a geração de confusão e o empobrecimento do debate público.

Assim como a indústria cultural simplifica e distorce a realidade, as *fake news*, valendo-se dos recursos tecnológicos, também simplificam e distorcem a realidade, criando narrativas que atraem e enganam indivíduos suscetíveis e que carecem de capacidade de discernimento crítico.

Como mencionado, a indústria cultural subverte sua função essencial, transformando-se em fórmulas preestabelecidas em prejuízo da criatividade humana. Essa mesma dinâmica é reproduzida pelas *fake news*, que se espalham rapidamente por meio das redes sociais e outros canais de comunicação, apresentando-se sob uma roupagem que cria uma percepção de verdade difícil de ser identificada. Dessa forma, tanto a indústria cultural quanto as *fake news* possuem dinâmicas semelhantes, voltadas para manipular a verdade e desestimular a criticidade.

A indústria cultural não visa ao enriquecimento cultural ou intelectual das massas. Sua função principal é a distração e o entretenimento, com vistas à conformidade social. Nesse contexto, toda a produção cultural e de entretenimento, como filmes, músicas e programas de televisão, é produzida com o objetivo de gerar lucro e manter as estruturas dominantes, garantindo um conformismo social. De forma semelhante, *as fake news* levam as pessoas a uma aceitação passiva de informações distorcidas ou mesmo fabricadas, desconectando-as da realidade e fazendo-as aceitar conteúdos falsos sem questionar a veracidade ou as implicações individuais e sociais do que é disseminado.

Para Adorno (2002), o culto ao fato pode resultar em uma superficialidade na compreensão da realidade, uma vez que a verdade é reduzida a informações verificáveis, mas sem considerar o contexto ou suas implicações. Destarte, *as fake news*, mediante informações superficiais e distorcidas, servem a uma narrativa ou ideologia específica.

Logo, a natureza da indústria cultural impacta os consumidores na relação entre entretenimento e crítica social. Sobre isso, Adorno (2002, p. 18) pontua:

Não obstante, a indústria cultural permanece a indústria do divertimento. Seu poder sobre os consumidores é mediado pela diversão que, afinal, é eliminada não por um mero diktat, mas sim pela hostilidade, inerente ao próprio princípio do divertimento, diante de tudo que poderia ser mais do que divertimento.

Como podemos observar, uma das funções imperativas da indústria cultural é o divertimento. Filmes, novelas, músicas e outros produtos culturais visam proporcionar distração ao público, alimentando-o unicamente de prazer e entretenimento, produzindo conformismo social e moldando comportamentos e opiniões em vez de fomentar uma reflexão crítica. Em síntese, a indústria cultural concentra suas produções no entretenimento e, dessa forma, exerce um poder significativo sobre o que será consumido. Voltada para a repetição, o lucro e o consumismo, vivemos numa cultura superficial, desconectada das questões sociais.

Adorno (2002) assevera que a indústria cultural massifica e padroniza a produção cultural, alienando de maneira alarmante e preocupante os indivíduos que são expostos a ela. Da mesma forma que a indústria cultural, *as fake news* tem como objetivo manipular informações visando influenciar a opinião pública. Enquanto a indústria cultural diverte para distrair, *as fake news* supõem informar para falsear a

realidade. Ambas se empenham em manter as estruturas de poder. Esse cenário é responsável por impedir o desenvolvimento do pensamento crítico, minando a capacidade de as pessoas questionarem e refletirem sobre os conteúdos que lhes são apresentados.

Para enfrentar a indústria cultural, a educação emancipadora configura-se como um projeto desafiador e, ao mesmo tempo, extremamente necessário. Por meio do desenvolvimento da reflexão crítica, do diálogo e da ação engajada, é possível trilhar um caminho rumo à emancipação.

Adorno (2002) destaca como as relações de poder e a ideologia atuam na indústria cultural, influenciando diretamente a criação, a distribuição e o consumo dos produtos culturais. Essa indústria promove uma falsa democratização da cultura, realizada por meio da massificação dos meios de comunicação, cujos produtos, graças ao seu poder de penetração, são capazes de transformar e moldar comportamentos.

Adorno e Horkheimer (1996, p. 162) enxergam na educação emancipadora um instrumento fundamental de resistência contra o conformismo imposto pela cultura de massa da indústria cultural: "A cultura converteu-se totalmente numa mercadoria, difundida como uma informação, sem penetrar nos indivíduos dela informados". Isto é, a cultura foi transformada em mercadoria, deixando de ser uma fonte de reflexão crítica e desenvolvimento pessoal.

Essa mesma lógica pode ser aplicada ao fenômeno contemporâneo das *fake news*. Seu poder de propagação, especialmente nas redes sociais e em outras mídias, é avassalador. Essas informações falsas causam profunda desorientação e alienação nos indivíduos que, muitas vezes sem discernir entre o verdadeiro e o falso, acabam absorvendo e propagando ideias distorcidas e enganosas.

Frente a esse cenário, Adorno e Horkheimer (1996) propõem uma reflexão ativa em contraposição aos ditames da indústria cultural. Para isso, é imprescindível compreender as intencionalidades que sustentam os processos de dominação. Por meio do questionamento contínuo e da crítica, é possível despertar uma consciência coletiva capaz de se opor à imposição massiva do *status quo* e de construir um futuro mais justo, equitativo e verdadeiramente humano.

CAPÍTULO 2 – PSICOLOGIA DE MASSAS: COMPORTAMENTO HUMANO E AS FAKE NEWS

Neste capítulo, exploraremos a relação entre a psicologia de massas, o comportamento humano e a proliferação de *fake news*, especialmente no contexto das dinâmicas sociais contemporâneas. Com base em Freud, analisaremos como a socialização dos indivíduos ocorre em um ambiente coletivo, no qual disposições de conduta são moldadas por experiências compartilhadas e influências sociais. A psicanálise freudiana traz uma perspectiva importante para compreendermos os vínculos emocionais que unem os indivíduos em grupos, revelando como sentimentos, como amor, medo e admiração, podem ser mobilizados para formar identidades coletivas.

Além disso, discutiremos o papel da educação na formação de cidadãos críticos e informados, capazes de discernir entre informações verdadeiras e falsas. A era digital, com suas redes sociais e meios de comunicação instantânea, trouxe à tona desafios significativos, permitindo que as *fake news* se espalhem rapidamente e influenciem a percepção da realidade das massas. A análise das dinâmicas emocionais e comportamentais que emergem em grupos ajuda a compreender como a desinformação pode desencadear reações impulsivas e prejudiciais, levando a comportamentos coletivos que, muitas vezes, carecem de análise crítica.

A sociedade replica na escola seus comportamentos. Assim, os alunos tendem a apresentar condutas compatíveis com os meios aos quais estão inseridos. Quando notícias falsas ou informações distorcidas são disseminadas, especialmente nas redes sociais, essas dinâmicas grupais podem levar a comportamentos coletivos que carecem de reflexão e análise crítica, promovem a formação de estereótipos ou mesmo a propagação de *bullying*. Portanto, ao educar os alunos sobre a importância do pensamento crítico e da análise das informações, as escolas podem tentar mitigar os impactos negativos da desinformação e cultivar um espaço no qual o diálogo construtivo e a diversidade de opiniões sejam respeitados. Isso é essencial para formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de resistir aos impulsos emocionais que frequentemente acompanham a manipulação da informação em grupo.

Por meio dessa análise, buscaremos compreender os mecanismos psicológicos que sustentam a aceitação de informações falsas e destacar a importância de uma educação que assume um papel preventivo e formativo contra a

manipulação e a desinformação. Assim, este capítulo propiciará uma reflexão sobre os desafios que a contemporaneidade impõe à formação de uma sociedade civilizada e crítica, à luz das teorias freudianas e das realidades sociais.

Nessa mesma linha, buscaremos explorar as relações entre as teorias freudianas sobre as relações interpessoais, considerando os impactos das *fake news*, além de discutir o papel da educação na formação de cidadãos críticos, informados e capazes de lidar com os desafios da contemporaneidade. Dessa forma, a partir da visão de Freud, procederemos a uma análise de como as experiências da infância e as dinâmicas emocionais podem influenciar a capacidade de aceitação das informações, e como a educação pode atuar como uma espécie de prevenção contra a manipulação e a desinformação.

É importante salientarmos que a utilização das massas como meio para a disseminação de *fake news* sempre existiu, mas se acentuou com o surgimento das redes sociais e da comunicação digital. Nesse contexto, quando as massas se unem ou são direcionadas em torno de uma ideia ou emoção compartilhada, podem se transformar em um instrumento potente para a propagação de informações, sejam elas verdadeiras ou falsas, podendo ser usadas para atingir os mais diversos objetivos.

Costa (2014), em sua dissertação, aborda a socialização dos indivíduos, demonstrando como as disposições de conduta — em grande parte coletivas — influenciam a formação de uma sociedade civilizada. Sob essa perspectiva, ela destaca como a psicanálise oferece uma perspectiva fundamental para entender as dinâmicas sociais num contexto mais amplo, além da mera compreensão do comportamento humano.

[...] entendemos que a psicanálise de Freud teoriza sobre a socialização de indivíduos a partir de disposições de conduta que podem ser, em larga medida, coletivas, isto é, vividas por todos. Isso quer dizer que aspectos da formação individual podem esclarecer determinadas situações encontradas na sociedade civilizada [...] a saber: os vínculos entre indivíduos que visam a formar grupos específicos designados como massa, os fenômenos de submissão política, a criação do Estado e suas instituições legais, além da base do sentimento religioso. Isso porque estes são fatores que mobilizam noções infantis de amor, respeito, admiração, medo, angústia, desamparo, culpa, entre outros sentimentos que sustentam certas noções fantasiosas de autoridade e poder (Costa, 2014, p. 62).

Observamos que a socialização dos indivíduos ocorre em larga medida dentro de um ambiente coletivo, ou seja, vivida por todos em um processo que envolve não

apenas experiências pessoais, como também aspectos coletivos compreendidos a partir do contexto social no qual os indivíduos estão inseridos. Isso nos ajuda a compreender que muitos aspectos da formação individual são centrais para a análise de determinadas situações encontradas na sociedade contemporânea. Costa (2014) sugere que a formação individual é moldada a partir das interações sociais, as quais são influenciadas por disposições coletivas.

Acerca do estabelecimento de vínculos entre os indivíduos, a autora destaca que muitos de nossos comportamentos e sentimentos são influenciados por experiências infantis e por processos psíquicos inconscientes. Segundo a teoria freudiana, o Supereu é uma instância psíquica que se forma a partir das identificações com as figuras parentais e outras figuras de autoridade. Por outro lado, segundo a autora, também são incorporadas como herança as identificações que seus pais construíram em suas vidas adultas com figuras de círculos sociais externos à família. Isso significa que a formação do Supereu da criança é influenciada tanto pelos seus familiares mais próximos quanto pelas experiências e relações com grupos diversos aos quais seus pais pertenceram ao longo da vida.

Assim, identificações diversas são incorporadas ao Supereu das crianças, moldando e contribuindo para a formação de sua moralidade e de seus valores, conforme destaca Costa (2014, p. 66):

Podemos ainda dizer que, junto com as identificações que a criança recebe mediante o Super-eu dos pais – nas quais estão contidas as identificações com os avós, bisavós e assim por diante –, também são fornecidas como herança as identificações que seus pais empreenderam em suas vidas adultas com as figuras de círculos sociais externos à família. Isso quer dizer que, já na fase infantil de formação do Super-eu, a criança deve lidar com diversos níveis de interações sociais através da identificação com seus pais, de forma que o laço da família com a exterioridade social já se forma antes mesmo que este indivíduo cresça e faça, por si próprio, as suas escolhas adultas quanto às aproximações, distanciamentos e identificações interpessoais. Assim, não somente de forma inter-geracional – que sintetiza conteúdos de várias épocas, com suas transformações históricas –, mas também de modo horizontal ou intra-geracional – que se constitui pela pluralidade de identificações ocorridas dentro de uma mesma geração –, todas estas influências estão presentes na formação moral de um único ser humano a partir da identificação com o Super-eu de seus pai.

Costa (2014) procurou esclarecer as teorias freudianas no que tange às relações interpessoais, destacando como as experiências infantis, especialmente aquelas relacionadas com o complexo de Édipo, influenciam as interações sociais na vida adulta e o sentimento de desamparo. Essas experiências se manifestam e se

prolongam na vida adulta, impactando tanto as relações interpessoais quanto as estruturas sociais.

O Supereu constitui, desse modo, uma instância psíquica que representa a internalização de normas e valores que orientam uma espécie de consciência moral, formada a partir da identificação com figuras de autoridade, vindas tanto dos pais quanto do meio social.

A partir dessa perspectiva psicanalítica, podemos pensar a crença em *fake news* como resultado da maneira como o Supereu internalizou normas e valores durante o processo de formação, os quais podem refletir medos, crenças, valores e preconceitos, explorados intencionalmente conforme os objetivos por trás de determinadas notícias falsas.

Além disso, observamos que as pessoas tendem a acreditar naquilo que lhes é mais favorável, isto é, informações que não contrariem seus valores e convicções. Para evitar o desconforto gerado pela dissonância cognitiva, o indivíduo busca informações alinhadas às suas crenças, mesmo que falsas. Esse mecanismo de defesa, que visa manter uma coerência interna, contribui significativamente para a aceitação das *fake news*.

De acordo com Costa (2014), no geral, as massas são marcadas pela impulsividade e falta de espírito crítico, guiadas por pensamentos baseados em imagens associativas, bem como por comportamentos narcisistas e infantilizados. Assim, os membros de uma massa são particularmente suscetíveis a diversas formas de influência e exaltação, como enfatiza Freud (1920/2011, p. 27):

Quem quiser influir sobre ela [massa], não necessita medir logicamente os argumentos; deve pintar com as imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma coisa. Como a massa não tem dúvidas quanto ao que é verdadeiro ou falso, e tem consciência da sua enorme força, ela é, ao mesmo tempo, intolerante e crente na autoridade. Ela respeita a força, e deixa-se influenciar apenas moderadamente pela bondade, que para ela é uma espécie de fraqueza. O que ela exige de seus heróis é fortaleza, até mesmo violência. Quer ser dominada e oprimida, quer temer os seus senhores. No fundo inteiramente conservadora, tem profunda aversão a todos os progressos e inovações, e ilimitada reverência pela tradição.

Nessa perspectiva, a necessidade de adoração a figuras heroicas leva os indivíduos a confiarem cegamente em determinados líderes. Assim sendo, as massas evitam o desconforto da dúvida e da análise crítica, buscando em discursos simplistas e estáveis uma sensação de segurança diante da complexidade do mundo

contemporâneo. A adesão inquestionável a um conjunto de crenças fortalece a coesão do grupo, criando um escudo protetor contra visões externas que possam desafiar essas convicções. Esse fenômeno gera um ambiente em que opiniões divergentes são percebidas como ameaças, fomentando a intolerância.

Essa dinâmica alimenta a formação de um círculo fechado, no qual ideias circulam e se reforçam mutuamente, preservando a visão de mundo vigente e excluindo influências que poderiam promover dúvida e reflexão. As massas cultivam, portanto, discursos que sustentam suas crenças e protegem seu espaço psicológico, no qual a complexidade e a ambiguidade são sistematicamente rejeitadas.

Nesse sentido, uma vez que uma *fake news* é divulgada, pode rapidamente ganhar força entre grupos que compartilham emoções semelhantes, como medo, raiva ou indignação. As influências da massa provocam um contágio emocional caracterizado pela impulsividade e pela ausência de racionalidade e espírito crítico, levando os indivíduos a agirem de forma coletiva e adotarem comportamentos distintos daqueles que teriam isoladamente. A sensação de pertencimento a um grupo com afinidades políticas ou ideológicas, aliada à pressão social para conformidade, pode motivar o compartilhamento de informações sem o devido questionamento sobre sua veracidade.

Essa atuação em massa é regressiva. Costa (2014, p. 82) entende que:

As massas constituem os exemplos de como a sublimação, pela relação de companheirismo e amizade por desvio de metas sexuais, pode regressar psicologicamente e retornar a relações próprias da fase infantil dos seres humanos: um grupo de pessoas reunidas – como um indivíduo coletivo – se relaciona a um líder da mesma forma em que uma criança idealiza o pai. Mediante tais aproximações teóricas, podemos chegar de forma mais direta à análise na qual o pensamento social e político freudiano seria sempre fundado – direta ou indiretamente – sobre uma plástica pulsional moldada por meio de situações infantis e herdadas que teriam pré-fixado certas formas de relação interpessoal, como a interação com a lei e a figura de autoridade. É, a nosso ver, tal fixidez pulsional que é chamada à ressignificação mediante a inserção do indivíduo em círculos mais amplos de socialização. Deste modo, segundo o ponto de vista da infantilização e libidinização das relações sociais [...].

Um exemplo emblemático desse fenômeno foi a circulação de *fake news* sobre a vacina contra a Covid-19 durante a pandemia. Notícias falsas alegavam que as vacinas causavam efeitos colaterais graves ou faziam parte de uma conspiração para controlar a população. Esse processo desinformativo gerou um contágio emocional que alimentou medo e desconfiança. Influenciadas por suas emoções e pela pressão

de grupos que compartilhavam essas crenças, muitas pessoas rejeitaram a vacinação, mesmo diante de evidências científicas sólidas sobre a segurança e eficácia das vacinas.

Esse exemplo evidencia como a identificação com valores e ideias compartilhadas em grupos ou por líderes pode motivar comportamentos coletivos prejudiciais à saúde pública. Ao se integrar a uma massa, o comportamento dos indivíduos muda: eles tendem a se identificar com os outros e adotar crenças e atitudes comuns ao grupo. Esse processo vem acompanhado de um sentimento de anonimato, no qual a responsabilidade pessoal se dilui, o que facilita a adoção de comportamentos que o indivíduo não teria isoladamente.

Trata-se de um fenômeno psíquico de infantilização, que pode gerar regressão a estágios próprios da fase infantil, nos quais o indivíduo idealiza o líder do grupo da mesma forma que uma criança idealiza a figura paterna.

Esse processo de idealização atua na formação das massas, funcionando como uma projeção do Supereu em uma figura externa. A idealização ocorre quando os indivíduos atribuem a outras pessoas características que desejam ter ou que consideram perfeitas, transformando essas pessoas em símbolos de aspirações e ideais, como sucesso, virtude ou força. Nesse sentido, compreendemos o poder das informações e narrativas que exploram esse mecanismo, criando um terreno fértil para a construção distorcida de figuras públicas e a aceitação de padrões idealizados que reforçam visões idealizadas do mundo.

Podemos aplicar essa lógica também às *fake news*. Em tempos de comunicação instantânea e redes sociais, celebridades, influenciadores e figuras políticas são frequentemente idealizados como exemplos de sucesso, felicidade ou autoridade. Isso leva seus seguidores a aspirarem a esses padrões, muitas vezes irrealistas. Atualmente, perfis públicos de inúmeros influenciadores estão repletos de propagandas e conteúdos baseados em processos de desinformação, que podem levar a golpes e manipulações, sendo esse tema abordado no terceiro capítulo, no qual discutiremos as influências das redes sociais.

Sob o mesmo ponto de vista da idealização, abordado por Costa (2018), podemos entender o papel das *fake news* na atualidade. Se, por um lado, elas promovem uma conexão de contágio emocional e ideológica; por outro, esse fenômeno pode amplificar emoções como medo, raiva ou euforia, sendo esses sentimentos capazes de influenciar o comportamento coletivo. Essa desinibição

emocional frequentemente vem acompanhada de uma sensação ilusória de poder e invulnerabilidade, que potencializa a adesão e a propagação das *fake news*.

Outro aspecto fundamental apontado por Freud (1920/2011) refere-se ao fenômeno do contágio emocional, pelo qual as emoções se espalham rapidamente entre os integrantes de um grupo. Ao experimentar uma emoção intensa, um indivíduo pode transmitir esse sentimento aos demais, provocando uma amplificação coletiva das emoções. Como bem observado por ele, nas dinâmicas das massas, a crítica individual tende a silenciar-se, e os indivíduos se deixam levar por esses afetos coletivos, o que intensifica a excitação emocional geral. Isso facilita a propagação dos impulsos emocionais mais simples e primitivos, criando uma coerção social que leva os indivíduos a agirem de acordo com a maioria, mesmo quando isso contraria seus interesses pessoais.

A história recente tem evidenciado uma erosão significativa no comportamento humano, tanto nas redes sociais quanto nos grupos sociais presenciais. As *fake news*, em diversas situações, atuam como mecanismos de agitação social, por meio de processos desinformativos e da manipulação das massas. A partir das falas ou ações de um líder, cria-se um vínculo emocional, nos moldes da figura paternal, que exerce poder de comando: os indivíduos obedecem e rapidamente se transformam em uma massa violenta, manifestando comportamentos incompatíveis com a civilidade. Ou seja, eventos de distúrbios civis podem emergir de processos de desinformação, levando os indivíduos a perderem sua inibição, seu autocontrole e a responsabilidade individual.

Costa (2018, p. 187) esclarece que:

Considerando as massas violentas, lembramos que, para manter o narcisismo acrítico de sua estrutura, seus membros precisam projetar a agressividade para os componentes do outro grupo, estes que são cuidadosamente apontados e até construídos pelo líder. Assim, se são apenas 'duas coisas [que] mantêm uma comunidade: a coação da violência e as ligações afetivas — identificações é o termo técnico — entre seus membros', então é por meio da figura destacada do líder que a identificação dos membros entre si e o uso da força se fazem presentes para a coesão social da massa.

Quando as pessoas se reúnem em grupo, elas passam a se identificar com a massa, de modo que as ações realizadas coletivamente são atribuídas ao grupo, e não ao indivíduo isolado, que normalmente agiria de forma diferente. Essa dinâmica pode desencadear processos de violência coletiva. Trata-se de um fenômeno que

emerge quando os indivíduos, ao se juntarem a um grupo liderado por uma figura de comando, perdem parte de sua individualidade e se tornam suscetíveis a comportamentos impulsivos e emocionais que favorecem a violência.

Dessa forma, ao constituírem uma identidade coletiva, determinados grupos sociais, ideológicos, políticos ou religiosos podem adotar emoções, opiniões e comportamentos sem uma análise crítica, agindo de modo irracional, inesperado e até antidemocrático.

Com base na análise de Freud (1920/2011), podemos inferir que a influência das *fake news* sobre as massas pode ser compreendida à luz de seus estudos sobre psicologia das massas e processos psicológicos coletivos. O autor destacou que, quando inseridos em um grupo (uma massa), os indivíduos passam por mudanças significativas em seus processos psíquicos e comportamentais, o que explica como grupos inteiros podem se envolver em atos de violência contra outros grupos. Nesse contexto, a disseminação de informações falsas pode desencadear reações emocionais intensas e distorcer a percepção da realidade, impulsionando comportamentos coletivos problemáticos.

O psicanalista argumentou que, em grupo, as pessoas tendem a se identificar com ideias e valores compartilhados. Essa dinâmica de identificação coletiva resulta em dois fenômenos psicológicos principais: a difusão da responsabilidade e a intensificação das emoções. Quando os indivíduos se reúnem em um grupo, sua individualidade é diluída, e uma nova “consciência de grupo” emerge, impulsionando um forte desejo de aceitação e pertencimento (Freud, 1920/2011).

Nesse ambiente, os membros buscam alinhar suas crenças e valores para se sentirem parte de algo maior. Isso pode levar a uma profunda identificação com as ideias e narrativas predominantes no coletivo. Assim, quando um grupo adota uma narrativa que contém desinformação ou notícias falsas que reforçam suas crenças, os membros tendem não apenas a aceitá-las, mas também a disseminá-las. Essa aceitação pode persistir mesmo diante de evidências contrárias, uma vez que as informações reforçam a identidade coletiva. Sob essa perspectiva, Freud (1920/2011, p. 92) escreveu:

Cada indivíduo é um componente de muitos grupos, tem múltiplos laços por identificação, e construiu seu ideal do Eu segundo os mais diversos modelos. Assim, cada indivíduo participa da alma de muitos grupos, daquela de sua raça, classe, comunidade de fé, nacionalidade etc., e pode também erguer-se além disso, atingindo um quê de independência e originalidade. Com seus

efeitos uniformes e constantes, tais formações grupais duradouras, estáveis, oferecem-se menos à observação do que os grupos rapidamente formados, transitórios, a partir dos quais Le Bon fez seu brilhante esboço de caracterização psicológica da alma dos grupos, e nesses grupos ruidosos, efêmeros, como que superpostos aos outros, sucede justamente o prodígio de que o que reconhecemos como aquisição individual desaparece sem deixar traços, embora apenas temporariamente.

Isso demonstra que os indivíduos buscam no grupo um guia, uma “segurança”, projetando suas aspirações em uma figura central, o líder. Essa identificação coletiva resulta em uma fusão dos eus individuais, na qual os membros da massa passam a se perceber como parte de um todo maior.

Líderes com características carismáticas podem influenciar e moldar as crenças e comportamentos do grupo, utilizando os mecanismos de identificação e contágio emocional para mobilizar a massa em torno de uma causa comum. Nesse sentido, Freud (1920/2011) destaca o papel do líder ou das lideranças, ressaltando a importância e a influência que esses personagens exercem sobre as massas. Muitos indivíduos podem assumir posições de liderança e, por meio de discursos persuasivos e, por vezes, manipulativos, moldar percepções e comportamentos dos demais membros do grupo.

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos compreender que a influência das *fake news* nas massas está intrinsicamente ligada às dinâmicas de identificação, sugestão e liderança presentes nos processos psicológicos coletivos. A disseminação de informações falsas é potencializada pela busca de pertencimento e pela adesão a narrativas que reforçam a coesão do grupo, mesmo que tais informações sejam inverídicas. Assim, à luz da perspectiva freudiana sobre psicologia das massas, é possível entendermos como as *fake news* moldam percepções, crenças e comportamentos das massas por meio desses processos psicológicos coletivos.

Como exemplo, podemos citar um fato que ocorreu durante a pandemia de Covid-19, quando inúmeras informações falsas sobre a doença, tratamentos e vacinas foram amplamente difundidas, especialmente por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens. Essa desinformação foi propagada inclusive por figuras públicas, como o então presidente Jair Bolsonaro, e por políticos alinhados à extrema direita, fenômeno que não se restringiu ao Brasil. Informações falsas circularam rapidamente entre grupos predispostos a acreditar em teorias conspiratórias e tratamentos não científicos. A difusão de tais informações por pessoas públicas e influenciadores resultou em comportamentos inadequados, desconsiderando as recomendações de

saúde pública e colocando em risco a saúde coletiva. Além disso, desviou a atenção da população de medidas eficazes, como o uso de máscaras e o distanciamento social.

Segundo Freud (1920/2011), a dinâmica de identificação e o sentimento de pertencimento a um grupo social podem levar indivíduos a aceitarem e propagarem essas informações sem questionamento, sobretudo quando a narrativa reforça crenças e medos preexistentes.

As *fake news* se beneficiam dessa disposição psíquica para a submissão e identificação coletiva, permitindo a instrumentalização de narrativas que encontram respaldo ideológico, ainda que completamente desvinculadas da realidade. Dessa forma, elas não apenas enganam o sujeito de maneira superficial, como também atuam sobre seu inconsciente, fortalecendo crenças e reforçando os laços de pertencimento ao grupo.

A análise das dinâmicas sociais contemporâneas, especialmente no que tange à disseminação de notícias falsas, evidencia a necessidade urgente de um olhar crítico sobre o papel da educação na formação de cidadãos conscientes e informados. É nesse contexto que as teorias freudianas sobre psicologia das massas trazem contribuições importantes para compreendermos os processos emocionais e comportamentais que tornam os indivíduos suscetíveis à influência de informações falsas. A partir dessa compreensão, fica evidente que a educação deve ser concebida para além da transmissão de conhecimento, visto que consiste em ferramenta essencial para o fortalecimento da autonomia crítica dos indivíduos.

A era digital, marcada pelas redes sociais e plataformas de comunicação instantânea, transformou profundamente a forma como as informações são compartilhadas e consumidas. Nesse cenário, as *fake news* proliferam rapidamente, explorando emoções e preconceitos enraizados nas experiências da infância e nas dinâmicas sociais. A psicanálise freudiana nos ensina que as identidades coletivas e os sentimentos de pertencimento podem levar os indivíduos a aceitarem e propagarem informações que reforçam suas crenças, mesmo quando essas informações são falsas.

Um dos principais objetivos da educação deve ser o de desenvolver a capacidade de questionar e avaliar as informações que nos cercam. Isso envolve tanto a aquisição de habilidades analíticas quanto a promoção de um ambiente em que a curiosidade e a dúvida sejam valorizadas. Ao incentivar os alunos a investigarem a

veracidade das informações, uma educação crítica pode ajudar a criar uma cultura de ceticismo saudável, na qual as pessoas tenham autonomia para buscar fontes confiáveis e para questionar narrativas que não se sustentam. Esse processo contribui para a formação de uma sociedade mais informada.

Nesse contexto, entendemos que o ensino pode abordar as emoções frequentemente ligadas à aceitação de *fake news*. A compreensão das próprias emoções e a capacidade de reconhecer como elas influenciam o julgamento são habilidades que podem ser ensinadas nas escolas.

Outro aspecto importante que devemos considerar é a promoção de um diálogo aberto e inclusivo nas instituições educacionais. O ambiente de ensino pode se configurar em um espaço onde diferentes perspectivas sejam discutidas e debatidas de forma respeitosa. Isso tende a enriquecer o aprendizado, contribuindo para a construção de uma comunidade na qual a diversidade de opiniões seja valorizada. Quando os indivíduos se sentem ouvidos e respeitados, cria-se um ambiente propício para abordagens complexas, o que pode reduzir a adesão a narrativas simplistas.

O ensino precisa incluir também a formação em habilidades digitais, uma vez que a maioria das *fake news* circula em plataformas *on-line*. Ensinar os alunos a navegarem de forma crítica na internet, a identificar fontes confiáveis e a compreender os algoritmos que moldam o que veem nas redes sociais é fundamental. Essa formação deve ser contínua, adaptando-se às rápidas mudanças no ambiente digital e às novas formas de desinformação que surgem. Ao equipar os indivíduos com as ferramentas necessárias para discernir informações, a educação pode cumprir função relevante na mitigação dos efeitos das *fake news*.

Por fim, é importante reconhecermos que a responsabilidade pela educação crítica não recai apenas sobre as instituições escolares. A sociedade como um todo deve se envolver na promoção de uma cultura de informação responsável. Isso inclui a colaboração entre educadores, pais, comunidades e plataformas de mídia para criar um ecossistema que valorize a verdade e a transparência. Iniciativas que incentivem a alfabetização midiática e a educação para a cidadania digital podem auxiliar nesse processo, de modo a cultivar uma população que questione as informações e as analise criticamente.

Diante do exposto, ratificamos que a educação é um mecanismo substancial para proteger os indivíduos da influência das massas e das *fake news*. Ao promover o pensamento crítico, a inteligência emocional, o diálogo inclusivo e as habilidades

digitais, podemos capacitar as pessoas a resistirem à manipulação e a se tornarem cidadãos informados e responsáveis. Nesse sentido, a construção de uma sociedade crítica depende de nossa capacidade de educar e formar indivíduos que saibam questionar e analisar com rigor as informações que chegam até eles.

2.1 IDEOLOGIA, *FAKE NEWS* E EDUCAÇÃO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Ao considerarmos os novos tempos, deparamo-nos com as transformações advindas da era digital. Essas transformações mudaram radicalmente a forma como a informação é produzida, disseminada e consumida, criando um ambiente saturado de dados que desafiam a capacidade crítica dos indivíduos.

Nesse contexto, a intersecção entre ideologia, fake news e educação torna-se especialmente relevante, sobretudo quando se considera o impacto da ideologia neoliberal sobre os direitos sociais, a democracia e a formação humana. A ideologia neoliberal frequentemente promove uma visão de mundo que prioriza o individualismo, a competição e a desregulamentação econômica, o que pode resultar na marginalização de direitos sociais e na erosão de estruturas democráticas. Em uma sociedade globalizada, isso leva à desestabilização de governos e instituições e à ocorrência de ataques especulativos na economia, impulsionados por narrativas que favorecem determinados grupos no poder, sejam eles governamentais, corporativos ou ideológicos.

Marilena Chauí (1980), uma das principais pensadoras contemporâneas, nos apresenta uma análise de como a ideologia neoliberal transforma direitos fundamentais em mercadorias e compromete a essência da cidadania e a estrutura democrática. Nessa linha, a ideologia dominante, ao enfatizar o mérito individual, faz com que os indivíduos acreditem que suas dificuldades educacionais decorrem da própria falta de esforço ou capacidade. A ideologia serve para manter a dominação da classe dominante, que se beneficia da manutenção das desigualdades, ao mesmo tempo que aliena os indivíduos, fazendo com que aceitem sua realidade como algo natural e justo, sem questionar as causas que levam ou mantêm essas desigualdades.

A abordagem de Chauí (1980) traz um arcabouço teórico que nos ajuda a compreender a importância da educação emancipadora, bem como a crítica como ferramenta indispensável para capacitar os cidadãos a discernirem informações

verdadeiras das falsas e a resistirem à manipulação ideológica:

As idéias podem parecer estar em contradição com as relações sociais existentes, com o mundo material dado, porém essa contradição não se estabelece realmente entre as idéias e o mundo, mas é uma consequência do fato de que o mundo social é contraditório. Porém, como as contradições reais permanecem ocultas (são as contradições entre as relações de produção ou as forças produtivas e as relações sociais), parece que a contradição real é aquela entre as idéias e o mundo. Assim, por exemplo, faz parte da ideologia burguesa afirmar que a educação é um direito de todos os homens. Ora, na realidade sabemos que isto não ocorre. Nossa tendência, então, será a de dizer que há uma contradição entre a idéia de educação e a realidade. Na verdade, porém, essa contradição existe porque simplesmente exprime, sem saber, uma outra: a contradição entre os que produzem a riqueza material e cultural com seu trabalho e aqueles que usufruem dessas riquezas, excluindo delas os produtores. Porque estes se encontram excluídos do direito de usufruir os bens que produzem, estão excluídos da educação, que é um desses bens. Em geral, o pedreiro que faz a escola; marceneiro que faz as carteiras, mesas e lousas, são analfabetos e não têm condições de enviar seus filhos para a escola que foi por eles produzida (Chauí, 1980, p. 26).

É necessário entendermos como funcionam as estruturas ideológicas na sociedade capitalista. A autora demonstra como certos discursos distorcem a realidade. Argumenta, ainda, que a ideologia atua mascarando as tensões entre aqueles que produzem os bens materiais e culturais e aqueles que os consomem e controlam. Nessa perspectiva, a educação, enquanto bem social, é comumente apresentada como um direito de todos, mas, na prática, isso não se confirma, uma vez que seu acesso é restringido por barreiras socioeconômicas impostas pelas próprias relações de produção.

Assim, fica evidente para nós uma dissociação entre a ideia de “educação para todos” e a realidade vivenciada pelas classes trabalhadoras, revelando o caráter alienante da ideologia. Chauí (1980) exemplifica essa crítica com o caso do pedreiro e do marceneiro, que, apesar de contribuírem para a construção das escolas e do mobiliário escolar, permanecem à margem do sistema educacional, revelando uma contradição intrínseca que expõe a hipocrisia do discurso ideológico que sustenta a desigualdade social.

Nesse cenário, precisamos compreender o papel da escola tanto na reprodução quanto no enfrentamento das desigualdades sociais. Essa instituição não pode se limitar à mera transmissão de conteúdos sem questionar as condições estruturais da exclusão, sob pena de reforçar os discursos ideológicos dominantes. É nesse contexto que se destaca a importância de uma educação emancipadora, capaz de abordar as contradições que naturalizam tais desequilíbrios. A formação crítica dos

sujeitos possibilita o desvelamento das falsas universalidades, favorecendo a construção de uma cidadania ativa e comprometida com a justiça social.

A ideologia consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das idéias) (Chauí, 1980, p. 35).

A ideologia constitui, portanto, um mecanismo sutil de dominação, em que as ideias das classes dominantes se tornam invisíveis, disfarçadas em verdades universais e aceitas por todos. Essa construção ideológica emerge da divisão da sociedade em classes contraditórias que estão em constante conflito. Quando a opressão é percebida na forma de violência direta, a ideologia atua como um apaziguador, ocultando as estruturas de poder e as divisões sociais. Dessa forma, como escreve a autora em questão:

[...] se a dominação e a exploração de uma classe for perceptível como violência, isto é, como poder injusto e ilegítimo, os explorados e dominados se sentem no justo e legítimo direito de recusá-la, revoltando-se. Por este motivo, o papel específico da ideologia como instrumento da luta de classes é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidas em sua realidade concretas. Para tanto, é função da ideologia dissimular e ocultar a existência das divisões sociais como divisões de classes, escondendo, assim, sua própria origem. Ou seja, a ideologia esconde que nasceu da luta de classes para servir a uma classe na dominação (Chauí, 1980, p. 39).

A ideologia, conforme discutido por Chauí (1980), constitui um conjunto de ideias que serve para justificar e manter as relações de poder existentes. No cenário neoliberal, essa ideologia se expressa na transformação de direitos sociais em mercadorias. Educação, saúde e outros direitos fundamentais passam a ser tratados como produtos que podem ser comprados e vendidos. Essa mercantilização, além de desumanizar os direitos, aprofunda a divisão social, favorecendo os mais privilegiados e marginalizando os menos favorecidos. O resultado é uma sociedade fragmentada, na qual a desigualdade se torna naturalizada e a participação democrática é severamente limitada.

Nesse ambiente, as *fake news* encontram terreno fértil para a manipulação ideológica, promovendo ainda mais a fragmentação e a polarização da sociedade. Ao disseminar informações distorcidas, essas notícias fabricam uma realidade paralela, frequentemente utilizada para justificar ações políticas e sociais que favorecem

interesses de grupos dominantes.

Ressaltamos que a desinformação alimenta a desconfiança nas instituições, corrói o debate público e enfraquece a capacidade dos cidadãos de exercerem, de forma consciente e informada, sua participação democrática. Assim, a luta contra as *fake news* significa uma luta em defesa da democracia e dos direitos fundamentais.

Consideramos que a relação entre *fake news* e ideologia é intrínseca. A disseminação de notícias falsas, por meio de narrativas distorcidas, tem como objetivo reforçar visões ideológicas específicas, contribuindo para a formação de bolhas cognitivas, limitando, dessa forma, a possibilidade de reflexão crítica. As narrativas que circulam nas redes sociais, por vezes moldadas por interesses ideológicos, desviam o foco das questões sociais estruturais, como a desigualdade e a exploração. Ao privilegiarem conteúdos virais e de apelo emocional, as redes sociais tornam-se instrumentos de ocultamento das contradições sociais, reforçando a lógica da ideologia dominante.

Nesse contexto, determinados grupos manipulam essas narrativas para afastar o debate público de problemas sociais profundos, redirecionando a atenção para temas que atendem a seus próprios interesses. O uso estratégico da ideologia nas plataformas digitais obscurece debates relevantes e reorienta o foco coletivo, despolitizando a consciência social.

De acordo com Fisher (2020), à medida que os algoritmos das redes incentivam o engajamento por meio da discórdia, cria-se um ambiente em que preocupações legítimas sobre desigualdade e injustiça social são ofuscadas por teorias da conspiração e discursos radicais. Esse autor observa que o conteúdo que gera indignação tende a ser priorizado, o que faz com que questões que exigem análise crítica, como as desigualdades sistêmicas, sejam frequentemente negligenciadas pela opinião pública.

A ideologia neoliberal, ao transformar direitos sociais em mercadorias, promove uma visão de mundo em que a verdade se torna relativa e a informação, manipulável. Como argumenta Harvey (2005), o neoliberalismo não se limita a um modelo econômico, consistindo também em um projeto político-ideológico voltado à restauração do poder das elites econômicas, por meio do enfraquecimento dos mecanismos de proteção social e da limitação da ação coletiva. No campo educacional, essa lógica se expressa na padronização do ensino, na ênfase em resultados quantitativos e na formação direcionada para o mercado de trabalho.

Salientamos que o uso das *fake news* por grupos políticos não constitui um fenômeno isolado, mas parte de um projeto ideológico mais amplo que visa desestabilizar a democracia e concentrar poder. Regimes autoritários, como os da Rússia, Hungria, Turquia e Venezuela, exemplificam como a manipulação da informação é utilizada para enfraquecer instituições democráticas, reprimir a oposição e ocultar questões sociais relevantes. Nesses contextos, a desinformação atua como ferramenta estratégica para legitimar práticas autoritárias e silenciar discussões sobre desigualdade e exploração, evidenciando seu papel central na disputa por hegemonia ideológica

Dessa forma, a defesa da democracia exige uma abordagem crítica em relação à informação que consumimos e compartilhamos. Assim, é vital promover a educação midiática e o desenvolvimento do pensamento crítico no ambiente digital, capacitando os indivíduos a discernirem entre conteúdos verídicos e falsos. A educação cumpre papel decisivo nesse processo, pois, ao formar sujeitos críticos e bem-informados, fortalece-se a democracia e combate-se a manipulação ideológica.

A interseção entre *fake news*, ideologia e democracia evidencia a fragilidade da informação na sociedade contemporânea. A luta contra a desinformação é, em última instância, uma luta pela preservação dos direitos fundamentais e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O reconhecimento da importância da verdade e da informação de qualidade é fundamental para que a democracia não seja apenas um ideal, e sim uma experiência vivida por todos. Nesse sentido, educar é também um ato político, que deve preparar os indivíduos para identificarem os mecanismos de dominação presentes nas narrativas hegemônicas e intervir de forma ética, crítica e consciente na sociedade.

Nesse sentido, a relação entre ideologia e desinformação, especialmente no contexto das redes sociais, constitui um fenômeno que merece atenção especial. Outro exemplo dessa manipulação ideológica ocorreu durante as eleições presidenciais dos Estados Unidos, em 2016, quando a disseminação massiva de *fake news* sobre candidatos e políticas, amplificada por algoritmos digitais, contribuiu para uma polarização social intensa e influenciou diretamente o comportamento eleitoral. Esse episódio demonstrou como a desinformação pode ser utilizada estrategicamente para moldar ideologicamente a opinião pública, favorecendo interesses políticos autoritários e antidemocráticos.

Ao refletir sobre os mecanismos que permitiram a ascensão do nazismo na

Alemanha, Adorno (2003), em sua obra “Educação após Auschwitz”, afirma que a única forma de prevenir novos totalitarismos é por meio de uma educação direcionada para o desenvolvimento da capacidade crítica dos indivíduos. Para o autor, a educação deve combater a tendência à obediência cega, ao pensamento acrítico e à submissão à autoridade, sendo estas características que possibilitaram o avanço do fascismo. Quando a educação falha em promover a autonomia intelectual, os sujeitos tornam-se mais suscetíveis a discursos populistas, à manipulação emocional e à desinformação sistematizada. Assim como no período nazista, em que as massas foram manipuladas por meio da propaganda e da imposição de uma ideologia totalizante, o ambiente digital contemporâneo tem contribuído para o ressurgimento de movimentos autoritários inspirados no fascismo e no nazismo.

Em entrevista à revista *The New Yorker* (2025), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, alertou para os perigos das redes sociais na disseminação de ideologias extremistas. Segundo ele, se Joseph Goebbels, ministro da propaganda nazista, tivesse acesso a plataformas como o X (antigo Twitter), “os nazistas teriam conquistado o mundo”. Moraes destacou que a extrema-direita compreendeu, desde a Primavera Árabe, o potencial das mídias sociais para mobilizar pessoas sem intermediários, e defendeu que essas plataformas devem se submeter às legislações dos países em que operam (Anderson, 2025).

No Brasil, a disseminação de desinformação nas eleições de 2018 mostrou o uso estratégico das redes sociais para manipular a opinião pública. Diversas notícias falsas circularam amplamente, como a infundada alegação de que o candidato Fernando Haddad teria distribuído “mamadeiras com bico em formato de pênis” em creches; episódio amplamente conhecido como “mamadeira de piroca”. Outro caso foi a transmissão ao vivo, pelo então deputado federal Fernando Francischini, de informações falsas sobre supostas fraudes em urnas eletrônicas, o que resultou em sua condenação por disseminação de *fake news* (Araújo, 2021).

Esses episódios ilustram como a desinformação pode ser instrumentalizada para influenciar processos eleitorais, fomentar a polarização política e comprometer a integridade do debate público. A propagação de notícias falsas enfraquece a confiança nas instituições democráticas e ameaça os pilares da convivência democrática. Destarte, a compreensão acerca dessas dinâmicas é imprescindível para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento à desinformação e para a promoção de uma sociedade crítica, informada e comprometida com a verdade.

A compreensão das relações entre educação emancipadora, alienação e disseminação de notícias falsas é fundamental para enfrentar os desafios contemporâneos que impactam diretamente o desenvolvimento individual e coletivo, bem como as formas de interação e compartilhamento de informações no cotidiano. A educação tem o potencial de proporcionar aos indivíduos capacidade de discernimento e aptidão para reconhecer as intencionalidades por trás de determinados movimentos ideológicos que se sustentam e proliferam por meio de processos desinformativos.

Embora ideologia e desinformação sejam fenômenos distintos, há conexões importantes entre eles. A disseminação de notícias falsas consiste em uma das estratégias mais eficazes para manter realidades distorcidas, representando um desafio complexo para as sociedades que buscam combatê-la. As *fake news* são produzidas e disseminadas com facilidade; geralmente, com o objetivo deliberado de manipular a opinião pública ou de promover agendas específicas, sejam políticas, econômicas ou sociais. Além de falsearem os fatos, essas informações funcionam como ferramentas ideológicas, capazes de reforçar preconceitos, acirrar polarizações e minar a confiança nas instituições democráticas.

Nesse sentido, não devem ser compreendidas somente como um problema informacional, posto que se configuram em mecanismo de controle ideológico que enfraquece a capacidade crítica dos cidadãos e compromete a saúde da democracia. Sob essa ótica, entender as *fake news* como expressão de uma estrutura ideológica implica reconhecer sua função estratégica na reprodução de relações de poder, na manutenção da alienação e no bloqueio da emancipação intelectual dos sujeitos.

Em uma sociedade cuja educação não promove o pensamento crítico, a reflexão autônoma e a análise contextual da informação, os indivíduos tornam-se mais vulneráveis à aceitação passiva das narrativas impostas. Esse cenário torna-se ainda mais alarmante quando estruturas de poder se apropriam da desinformação para manipular discursos e controlar narrativas ideológicas, dificultando o exercício da crítica e da resistência.

A ideologia influencia diretamente a forma como os indivíduos interpretam e reagem às informações. Quando uma notícia é apresentada, sua recepção depende das crenças e valores previamente internalizados. Em um ambiente saturado de conteúdo, é comum que as pessoas aceitem com mais facilidade informações que confirmam suas convicções, ao mesmo tempo em que rejeitam ou ignoram dados que

as contradizem. Essa tendência, conhecida como viés de confirmação, intensifica a vulnerabilidade à desinformação e favorece a manutenção de bolhas ideológicas, dificultando o diálogo e o entendimento mútuo.

Diante desse cenário, entendemos que seja urgente o fomento de uma educação que promova o pensamento crítico e a análise reflexiva, capacitando os indivíduos a questionarem as informações que recebem, identificarem fontes confiáveis e compreenderem as motivações por trás das narrativas que circulam no espaço público. Nessa perspectiva, a educação deixa de ser apenas um meio de transmissão de conteúdos e passa a cumprir papel formativo mais amplo, preparando os cidadãos para atuarem em um mundo complexo, no qual a verdade pode ser manipulada por meio de ideologias que influenciam significativamente a percepção da realidade.

É igualmente essencial que a educação trate de forma explícita a questão da ideologia. Os educadores devem incentivar debates e reflexões sobre como as ideologias moldam nossa visão de mundo, estruturam nossas interpretações e orientam nossas reações frente aos discursos midiáticos. Essa compreensão crítica permite que os alunos se tornem mais conscientes de suas próprias crenças e das formas pelas quais podem ser influenciados por diferentes narrativas.

O entrelaçamento entre ideologia, *fake news* e educação representa, assim, um dos grandes desafios do mundo contemporâneo. Enfrentá-lo requer que a educação vá além da mera difusão de informações, cultivando a capacidade crítica dos sujeitos, o discernimento ético e a abertura ao diálogo. Entendemos que a formação integral consiste em um dos meios possíveis de construção de uma sociedade mais informada e comprometida com o diálogo construtivo, pautado na busca pela verdade e no respeito à pluralidade de ideias.

Nesse contexto, a habilidade de distinguir entre o que é verdadeiro e o que é falso se torna uma competência vital na era digital e globalizada. A educação, portanto, precisa incorporar estratégias pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento do pensamento crítico e da leitura analítica do mundo, com destaque para o entendimento de que a ideologia não é neutra e que todos, em algum grau, estão sujeitos às suas influências. Ao reconhecerem isso, os estudantes podem desenvolver mais autonomia intelectual, questionar suas próprias crenças e adotar uma postura mais consciente diante das informações que consomem e compartilham.

Por fim, asseveramos que a responsabilidade por promover uma cultura de

verificação de fatos, de pensamento crítico e de respeito à diversidade de opiniões não deve recair exclusivamente sobre as instituições educacionais. Esse é um esforço coletivo, que exige a colaboração entre educadores, jornalistas, plataformas digitais e a sociedade civil como um todo. Mediante essa articulação é possível criar um ecossistema informativo mais saudável, plural e menos vulnerável à manipulação ideológica.

CAPÍTULO 3 – AS *FAKE NEWS*, REDES SOCIAIS E O PAPEL DA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

A era digital trouxe consigo uma revolução na forma como a informação é produzida, disseminada e consumida. As redes sociais, em particular, consolidaram-se como meios para a troca de informações e para a propagação da desinformação. Nesse contexto, a educação emancipadora surge como um mecanismo para capacitar os indivíduos a navegarem criticamente por esse ecossistema informativo. Assim, este capítulo discute como a educação emancipadora pode ser um meio eficaz de superação da desinformação, promovendo a autonomia crítica e a responsabilidade informativa.

Em 2015, durante a cerimônia de concessão do título de Doutor Honoris Causa em Comunicação e Cultura pela Universidade de Turim, o escritor e filósofo italiano Umberto Eco afirmou que as redes sociais deram voz a uma "legião de imbecis". Ele observou que, anteriormente, essas pessoas expressavam suas opiniões apenas em bares, após consumir vinho, sem causar impacto significativo na sociedade. Contudo, com o advento das redes sociais, passaram a ter o mesmo direito à palavra que um Prêmio Nobel, resultando no que Eco chamou de "invasão dos imbecis". Segundo ele, "normalmente, eles [os imbecis] eram imediatamente calados, mas agora eles têm o mesmo direito à palavra de um Prêmio Nobel" (Observatório da Imprensa, 2023, n. p.).

A internet permite que qualquer pessoa produza informações e emita opiniões, mesmo sem fundamentação. Dessa forma, um blogueiro ou *influencer*, na era da informação digital, é capaz de realizar uma propagação desenfreada de notícias falsas. No atual contexto, isso representa um dos maiores obstáculos para a sociedade contemporânea e traz desafios sem precedentes para os governos, os meios de comunicação tradicionais, a política e, principalmente, para a democracia.

A proliferação de desinformações dificulta a formação de um debate público saudável e informado. Para mitigar esses problemas, é preciso, como já pontuamos, promover a alfabetização midiática, incentivar a exposição a diferentes perspectivas e desenvolver algoritmos que priorizem a verificação dos fatos e a diversidade de opiniões.

A contextualização da informação é outro aspecto importante da educação emancipadora. Em um ambiente saturado de dados, os alunos precisam compreender o contexto social, político e econômico em que as informações são produzidas e

disseminadas. Essa compreensão permite que os indivíduos identifiquem as motivações por trás da desinformação e reconheçam como ela pode ser utilizada para manipular opiniões. Nesse sentido, faz-se necessário incluir discussões sobre a cultura da informação, abordando normas e práticas que contribuem para a disseminação de conteúdos enganosos.

A educação para a mídia consiste em uma possível estratégia que pode ser integrada aos currículos escolares para combater a desinformação. Essa abordagem envolve ensinar os alunos sobre o funcionamento das mídias, a produção e a distribuição de informações, bem como a influência das redes sociais na percepção pública. Ao equipar os estudantes com essas habilidades, a educação para a mídia contribui para a formação de cidadãos críticos e informados, capazes de resistir à desinformação.

Ademais, a promoção da empatia e do diálogo é uma dimensão importante da educação emancipadora. Em um ambiente polarizado, no qual a desinformação alimenta, na maioria das vezes, divisões, o ensino deve incentivar a discussão e o debate respeitoso entre diferentes perspectivas. O objetivo é reduzir a polarização e criar um espaço no qual os indivíduos podem compartilhar conhecimentos e estratégias para lidarem com a desinformação.

3.1 A INFLUÊNCIA DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS HUMANOS CONTEMPORÂNEOS

As plataformas digitais, que se tornaram fundamentais na forma como consumimos e compartilhamos informações, revelam um paradoxo: enquanto oferecem acesso a uma vasta gama de conteúdos, facilitam a propagação da desinformação.

Max Fisher (2021), em “A Máquina do Caos”, enfatiza como os algoritmos dessas redes priorizam o engajamento, promovendo postagens que geram reações emocionais intensas, como raiva e medo. Esse fenômeno amplifica a desinformação e contribui para a radicalização de comunidades *on-line*, nas quais teorias da conspiração e visões extremas encontram um terreno fértil para proliferar. Ou seja, no entendimento do autor, as redes transformaram nossa forma de ser, nos “reprogramaram”. Por isso, é preciso compreendermos como as redes sociais

reprogramaram a forma como nos comunicamos e a própria estrutura da sociedade; conseqüentemente, o futuro da nossa existência.

Sabemos que as plataformas de redes sociais são projetadas para maximizar o engajamento dos usuários. Por isso, os conteúdos que provocam emoções fortes, como raiva ou medo, tendem a ser mais compartilhados. As *fake news* frequentemente exploram essas emoções, pois os usuários interagem com conteúdos polarizados, por exemplo, ou que criam “guerras imaginárias”. São esses conteúdos os mais propensos a serem disseminados e retroalimentados por informações semelhantes. Isso cria um círculo vicioso, fazendo com que a desinformação se espalhe rapidamente.

A disseminação do ódio e a proliferação da desinformação nas plataformas digitais têm se tornado um desafio crescente tanto no Brasil quanto em diversas partes do mundo. De acordo com Fisher (2021), as redes sociais expandiram de forma significativa o alcance dessas práticas prejudiciais, incentivadas, geralmente, pelos próprios mecanismos econômicos das plataformas. Essas empresas tendem a priorizar o engajamento e o lucro, o que ocorre, em muitos casos, às custas da veracidade das informações compartilhadas.

Conforme pesquisa realizada por Fisher (2021), uma verdade pode levar até seis vezes mais tempo para alcançar um público equivalente ao de uma *fake news*, corroborando a famosa citação atribuída a Mark Twain, que afirma que “uma mentira pode dar a volta ao mundo enquanto a verdade calça seus sapatos”. Essas evidências destacam como a estrutura das redes sociais, que prioriza o engajamento emocional, alimenta e facilita a disseminação da desinformação.

Segundo Empoli (2019), em um estudo realizado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), uma informação falsa tem, em média, 70% mais probabilidade de ser compartilhada na internet em comparação com uma notícia verdadeira. Isso ocorre porque as informações falsas costumam ser mais originais e provocativas, gerando maior engajamento dos usuários nas plataformas sociais. Exemplificando essa preocupação, o Grupo de Trabalho de Economia Digital do G20 ressaltou que o fenômeno da desinformação e do discurso de ódio vem aumentando de forma alarmante em âmbito global. Esse cenário, além de impactar o espaço virtual, compromete a estabilidade democrática e a coesão social no mundo real (Amado, 2024).

Fisher (2021) traz importantes contribuições sobre o impacto que os algoritmos

das redes sociais têm sobre a forma como consumimos informações. Destaca o autor que esses algoritmos são projetados para maximizar o engajamento dos usuários, resultando, com frequência, na promoção de conteúdos em consonância com crenças e opiniões preexistentes dos indivíduos. Isso é conhecido como efeito de “filtro-bolha”, isto é, os usuários são expostos a informações que confirmam suas visões de mundo, enquanto são isolados de perspectivas divergentes.

O “filtro-bolha”, segundo Fisher (2021), é um fenômeno em que os algoritmos que controlam as redes sociais (*Facebook, Instagram, TikTok*, dentre outras), passam a personalizar o conteúdo que os usuários veem com base em suas interações prévias. Um exemplo é o de um ativista progressista que percebeu que as postagens de seus amigos conservadores desapareceram de seu *feed* de notícias, enquanto postagens progressistas começaram a aparecer com mais frequência. Isso ocorreu porque o algoritmo do *Facebook* identificou que o ativista interagira mais com conteúdo progressista e, dessa forma, se ajustou para aumentar seu engajamento.

Sabemos que as plataformas digitais são capazes de coletar uma grande quantidade de dados sobre os usuários, incluindo informações pessoais, comportamentais e localização. Isso pode incluir desde dados demográficos, como idade e gênero, até hábitos de navegação, interações em redes sociais e preferências de consumo. Muitas vezes, todo esse processo ocorre sem consentimento claro dos usuários.

Em princípio, é possível acreditar que essas coletas estejam a serviço do comércio, para que os usuários vejam anúncios mais relevantes para seus interesses. Contudo, a coleta de dados também levanta questões sobre manipulação e controle do que as pessoas consomem, conforme descrito por Fisher (2021, p. 77):

‘Existe um efeito de correlação entre as teorias da conspiração’, disse DiResta, ‘no qual a plataforma reconhece que alguém interessado na conspiração A em geral tende a se interessar na conspiração B, e aí faz esta pipocar para a pessoa’. A era dos grupos do *Facebook* promoveu algo mais específico que o consumo passivo de conspirações. Ler a respeito de contrails ou do vírus fabricado em laboratório podia tomar uns vinte minutos. Mas entrar em uma comunidade organizada para reagir a essas coisas podia se tornar um ritual diário de meses ou anos. Cada vez que um usuário sucumbia, eles adestravam o sistema para incentivar outros a fazer o mesmo. ‘Se morderem a isca’, disse DiResta, ‘eles reforçam o aprendizado. Então o algoritmo entende esse reforço e lhe atribui mais peso’.

No trecho citado, DiResta discute como os algoritmos das redes sociais, especialmente no *Facebook*, criam um círculo vicioso de engajamento em torno de

teorias da conspiração. A ideia é que a plataforma, além de identificar os interesses dos usuários, alimenta esses interesses, criando uma dinâmica de radicalização. Quando um usuário mostra interesse em uma determinada teoria da conspiração (*contrails* ou vírus fabricados em laboratório, por exemplo), a plataforma automaticamente sugere conteúdos relacionados a outras conspirações, aumentando, assim, o engajamento do usuário (Fisher, 2021).

A questão levantada por Fisher (2021) é: essa personalização de dados é benéfica para o ativista e/ou para a sociedade como um todo? Embora os indivíduos possam se sentir mais confortáveis e engajados com os conteúdos, eles reforçam suas crenças. Essa dinâmica limita sua exposição a diferentes perspectivas, o que pode ser prejudicial para o debate público e a compreensão mútua.

De acordo com DiResta (*apud* Fisher, 2021), existe um padrão no qual o algoritmo reconhece que usuários interessados em uma teoria da conspiração (conspiração A) tendem a se interessar por outras (conspiração B). Identificando esse comportamento, o algoritmo começa a sugerir conteúdos relacionados, criando um ciclo contínuo de consumo de informações conspiratórias. Quando os usuários interagem com esses conteúdos (comentando, compartilhando ou reagindo), eles “mordam a isca”. Esse comportamento envia um sinal ao algoritmo de que esse tipo de conteúdo é atraente, levando-o a priorizar e promover ainda mais essas informações para outros usuários. Assim, o algoritmo aprende com o comportamento dos usuários e ajusta suas recomendações para maximizar o engajamento.

Esse ciclo de reforço pode gerar consequências significativas, pois não só alimenta a disseminação de desinformação, como também polariza opiniões e aprofunda divisões sociais. Pode promover a radicalização em grupos *on-line* que compartilham ideias ou ideologias semelhantes, o que, por sua vez, pode levar a comportamentos extremos e, até mesmo, à normalização de ideias que, de outra forma, seriam repudiadas.

Os impactos dessas dinâmicas estão para além da experiência individual dos usuários, uma vez que têm implicações mais amplas, influenciando a forma como as pessoas se posicionam em relação a diversos temas que afetam a sociedade. Fica claro, portanto, o risco inerente ao “filtro-bolha” descrito por Fisher (2021), que pode afetar tanto indivíduos quanto a própria sociedade ao restringir a exposição a diferentes pontos de vista, tão importantes para a formação humana e o debate público.

Ao priorizar conteúdos que coadunam com crenças e interesses preexistentes dos usuários, as redes sociais criam um ambiente propício para a disseminação de *fake news*. Essas notícias falsas são facilmente aceitas e compartilhadas justamente por se encaixarem nas narrativas já aceitas pelos usuários. Em um ambiente de “filtro-bolha”, a crítica e a verificação de fatos são minimizadas, permitindo que os processos de desinformação prosperem.

Em outra dimensão, o “filtro-bolha” também aumenta a vulnerabilidade dos usuários a golpes digitais, criando um contexto em que a desinformação floresce e as pessoas se tornam menos propensas a questionar a veracidade das informações recebidas. Assim, uma narrativa enganosa sobre um produto ou serviço pode se espalhar rapidamente entre um grupo específico, permitindo que golpistas explorem essa narrativa para lançar campanhas fraudulentas que parecem legítimas para aqueles que já acreditam na informação distorcida.

Diante disso, compreendemos que, para mitigar esses riscos, é fundamental promover maior conscientização individual e uma formação pautada na educação emancipadora, que capacite os indivíduos a questionarem criticamente o que veem e consomem.

Sem uma consciência crítica, a lógica de engajamento das plataformas digitais, que prioriza conteúdos capazes de gerar reações emocionais intensas, pode ser explorada por golpistas. Mensagens que provocam medo, incitam desejos, criam urgência ou estimulam a excitação tendem a ser mais compartilhadas. Nesse contexto, usuários inseridos em bolhas informativas ficam mais suscetíveis a clicar em *links* maliciosos ou a fornecer informações pessoais em resposta a ofertas fraudulentas. Sobre isso, Fisher (2021, p. 12) escreve:

Assim como muitos, no começo eu supunha que os perigos das redes sociais provinham sobretudo do uso impróprio por parte de pessoas mal-intencionadas — propagandistas, espiões, divulgadores de *fake news* — e que, na pior das hipóteses, as plataformas eram uma tubulação passiva por onde corriam os problemas já existentes na sociedade. Porém, praticamente em todos os lugares que visitei durante minha apuração, cobrindo déspotas, guerras e revoltas longínquas, ocorrências estranhas e excessivas se conectavam às mídias sociais. Uma revolta repentina, um novo grupo extremista, a disseminação da crença em alguma conspiração bizarra... tudo tinha um ponto em comum. E embora os Estados Unidos ainda não tivessem explodido em violência, as semelhanças com o que estava acontecendo lá eram inegáveis. A cada semana havia uma nova pauta sobre uma conspiração no Twitter que dominara a política nacional, sobre uma subcultura do Reddit que embarcara no neonazismo, sobre um viciado em vídeos do YouTube que cometera um assassinato em massa.

A obscuridade que permeia as redes digitais contribui para a personalização extrema dos conteúdos, criando um ambiente propício ao hipersectarismo. Este é um fenômeno no qual as pessoas se tornam progressivamente mais radicais em suas opiniões e menos abertas a considerar perspectivas opostas. Para Fisher (2021), essa dinâmica reforça as crenças individuais e distorce a percepção da realidade, alimentando a polarização social e política.

O termo hipersectarismo refere-se à tendência de indivíduos ou grupos se tornarem cada vez mais extremistas em suas crenças, frequentemente em resposta a um ambiente social ou informativo que reforça essas visões (Fisher, 2021). Esse fenômeno é amplificado pelo uso de algoritmos nas redes sociais, que promovem conteúdos vinculados às convicções preexistentes dos usuários, gerando um ciclo de confirmação que limita o contato com perspectivas divergentes.

Fisher (2021) argumenta que o hipersectarismo conduz à polarização social e política, em que as pessoas se agrupam em “tribos” com visões semelhantes, tornando-se desconfiadas e hostis em relação a grupos diferentes. Isso cria uma realidade distorcida, na qual o “nós” é percebido como virtuoso, e o “eles”, como ameaça, exacerbando divisões e conflitos na sociedade.

A interação entre usuários e algoritmos constitui uma via de mão dupla, em que tanto o conteúdo quanto as reações dos usuários moldam o que é promovido nas plataformas digitais. Desse processo surge um ciclo de radicalização e reforço de ideias extremas, que frequentemente se manifesta em estratégias de ridicularização e desumanização dos supostos inimigos ou adversários. Fisher (2021) aborda esse fenômeno a partir do relato de Jacob, funcionário responsável pela revisão de conteúdos para o *Facebook* e *Instagram*:

Todos os dias, sua equipe clicava em milhares de postagens do mundo inteiro, sinalizando as que desrespeitassem uma regra ou ultrapassassem um limite. Era um trabalho exaustivo, mas necessário, pensava Jacob. Ao longo de alguns meses em 2017 e 2018, porém, eles notaram que as postagens estavam crescendo nos matizes de ódio, conspiração e extremismo. E perceberam que quanto mais incendiária era a postagem, mais a plataforma a espalhava. Aquilo lhes pareceu um padrão, e um padrão que se desenrolava simultaneamente em dezenas de sociedades e idiomas que eram encarregados de supervisionar (Fisher, 2021, p. 13).

Esse testemunho sublinha um ponto vital: as postagens com conteúdos mais incendiários, ou seja, mais provocativos e polarizadores, tendem a ser amplificadas

pelos algoritmos das redes sociais. Esse padrão transcende línguas e culturas, indicando que o problema não reside apenas no conteúdo isolado, como também em uma dinâmica sistêmica e global de promoção do extremismo. Isso levanta questões urgentes sobre a responsabilidade das plataformas na moderação do conteúdo e no impacto que seus algoritmos exercem sobre a disseminação da informação.

Na mesma direção, percebemos que a ausência de uma educação crítica eficaz contribui para a alienação dos indivíduos, que, por sua vez, alimenta o processo de barbárie social. No contexto das *fake news*, essa dinâmica se torna especialmente perigosa quando a desinformação serve de combustível para a intolerância, o ódio e a polarização política. Surge, então, o caráter paradoxal das plataformas digitais: ao mesmo tempo em que facilitam a comunicação, elas também amplificam o extremismo.

Fisher (2020) demonstra como as estruturas tradicionais de controle e regulação enfrentam crescentes dificuldades para mediar a tensão entre garantir a liberdade de expressão e evitar que as redes sociais se transformem em uma “terra de ninguém”. Os sistemas de moderação, que deveriam assegurar a segurança e a civilidade nas interações, falham em conter a propagação de notícias falsas, discursos de ódio e golpes digitais, criando um ambiente permeado por insegurança e incertezas.

Diante disso, os desafios da governança das plataformas digitais são imensos, denotando como a fragilidade das políticas de moderação impacta diretamente a realidade social, tanto no ambiente virtual quanto no cotidiano das pessoas.

As plataformas digitais tornaram-se, em muitos aspectos, uma terra sem lei e sem regulação. Vivemos uma profunda crise da “verdade”, em que a distinção entre fato e ficção cede lugar ao interesse pelo lucro e pelo engajamento. Por isso, o desafio da educação vai além da simples adaptação às novas tecnologias e meios digitais: ela precisa se voltar para o desenvolvimento da consciência crítica do indivíduo, capacitando-o a lidar com o enorme volume de informações oriundas das mais diversas fontes.

Embora a democratização do acesso à internet e o crescimento das redes sociais tenham derrubado barreiras ao acesso à informação, esse avanço trouxe também o aumento da dificuldade em identificar o que é verdadeiro ou falso. Em um mundo marcado pela fluidez informacional, é impraticável estar permanentemente atento para distinguir o verdadeiro do falso. É justamente nesse cenário que atuam os

propagadores de *fake news*, que produzem de forma industrial, e com requintes de realismo, informações falsas destinadas a serem introduzidas na sociedade. Eles rotulam conteúdos, criam notícias bombásticas com cunho ideológico e que atendem a interesses específicos de grupos políticos, religiosos, econômicos e sociais. Sabem que sua disseminação será instantânea e, mesmo que as informações sejam posteriormente desmentidas, a desinformação já terá cumprido seu papel.

Nesse contexto, a educação assume um papel fundamental ao desenvolver o pensamento crítico, habilitando os indivíduos a analisarem as informações de forma mais criteriosa e reflexiva, reconhecendo as intencionalidades por trás dos algoritmos, das redes sociais e da mídia tradicional. Essa capacidade crítica é substancial para que o indivíduo se posicione com autonomia num cenário dominado por processos de desinformação e notícias falsas, que encontram terreno fértil nos ambientes digitais.

Portanto, a educação deve preparar os sujeitos para mitigarem os efeitos negativos dessa era, marcada por polarização e desconstrução cultural. Um pensamento crítico robusto capacita as pessoas a questionarem fontes, avaliarem argumentos e formarem opiniões fundamentadas, baseadas na realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais consciente, resiliente e democrática.

3.2 VERDADE E POLÍTICA: COMO AS *FAKE NEWS* AFETAM A DEMOCRACIA

A revolução tecnológica, acompanhada pela expansão das redes sociais, desencadeou transformações profundas e abrangentes na sociedade contemporânea. Esses avanços contribuíram para a melhoria da qualidade de vida em diversas esferas e ampliaram o acesso à informação e à participação política em todos os níveis sociais. A popularização da internet, em particular, democratizou o acesso ao conhecimento, permitindo que indivíduos provenientes de diferentes contextos sociais tivessem voz nas discussões políticas e públicas. A facilidade de comunicação e a capacidade de mobilização rápida em torno de causas sociais revelam-se como aspectos positivos desse processo.

Entretanto, esse progresso não ocorreu sem impor novos desafios. A desinformação tornou-se um fenômeno crítico, especialmente no contexto das redes sociais. A dinâmica de rápida circulação de informações (e desinformações) nesses

ambientes dificultou sobremaneira a verificação dos fatos. Exemplos notórios, como a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, e o referendo do Brexit, no Reino Unido, mostram, na prática, o impacto que a desinformação pode exercer sobre processos políticos e a formação da opinião pública. Esses eventos, em duas nações cujas democracias são consolidadas, revelam a fragilidade das instituições democráticas diante dos processos de desinformação, bem como a vulnerabilidade de uma população que, em sua busca por respostas e verdades ante a complexidade do mundo contemporâneo, pode facilmente ser seduzida por narrativas enganosas.

Salientamos que regimes totalitários estão longe de ser um fenômeno restrito à primeira metade do século XX; eles continuam a exercer influência sobre o panorama político atual. Embora os regimes contemporâneos não reproduzam exatamente os modelos do nazismo ou do stalinismo, muitos deles apresentam características estruturais que preocupavam Hannah Arendt (1989), como o uso sistemático da mentira, a criação de inimigos internos, o esvaziamento da vida política, a fusão entre Estado e religião, e o nacionalismo exacerbado. O mais preocupante é que governos com traços totalitários surgem mesmo em democracias formalmente estabelecidas, com base em discursos baseados em *fake news* que atacam imigrantes, opositores, jornalistas, professores e minorias, como forma de unificar a massa sob o medo e o ódio. Isso é indispensável para manter a coesão artificial de um grupo sob controle de um líder carismático ou de um partido político.

Nesse sentido, a educação tem o papel de levar os alunos a compreenderem os contextos históricos e as dinâmicas políticas por trás das informações. Essa compreensão ajuda o indivíduo a desenvolver uma percepção crítica das práticas atuais. Por outro lado, o ensino formal deve promover estudos que explorem como a manipulação da verdade foi utilizada historicamente para fins políticos. Ao compreenderem o passado, os alunos tornam-se mais bem preparados para identificar e criticar práticas semelhantes no presente. Além disso, a formação de uma cidadania ativa, que os engaje em discussões e práticas democráticas, é vital para a construção de um ambiente político saudável.

Segundo Arendt (1972), a democracia depende da pluralidade e da visibilidade dos sujeitos. O totalitarismo, por sua vez, destrói esse espaço por meio da mentira organizada, da propaganda e da ideologia, promovendo um isolamento radical e um anti-intelectualismo que desmobiliza o pensamento crítico. Nessa mesma linha de raciocínio, Dias (2021) pontua que os mecanismos de manipulação social não visam

apenas convencer, como também organizar a massa de forma homogênea, criando uma aparência de normalidade que encobre a verdadeira natureza do regime.

Dias (2021) ainda aponta que a análise de Arendt sobre a eficácia da propaganda totalitária revela como regimes totalitários, como os da Alemanha nazista e da União Soviética, conseguiram manipular a percepção da realidade das massas. Assim, as massas deixam de ter fé na realidade visível e na validade das próprias experiências; em vez disso, tornam-se dependentes de uma imaginação suscetível à influência. Dessa forma, os indivíduos se tornam gradativamente incapazes de verificar ou contestar os fatos, passando a aceitar como verdade a narrativa imposta pelo sistema.

Sob essa perspectiva, a realidade é moldada segundo a lógica totalitária, que prioriza a coerência interna da ideologia em detrimento da veracidade factual. Nesse contexto, a força dessa coerência ideológica opera como instrumento de dominação, substituindo a experiência plural do mundo por uma construção ficcional que suprime a capacidade crítica e promove o conformismo. Como esclarece Arendt (1989, p. 401):

A eficácia desse tipo de propaganda evidencia uma das principais características das massas modernas. Não acreditam em nada visível, nem na realidade da sua própria experiência; não confiam em seus olhos e ouvidos, mas apenas em sua imaginação, que pode ser seduzida por qualquer coisa ao mesmo tempo universal e congruente em si. O que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam fatos inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte.

A força dessa coerência ideológica opera, portanto, como instrumento de dominação, substituindo a experiência plural do mundo por uma construção ficcional que suprime a capacidade crítica e promove o conformismo. Segundo Arendt (1989), não são os fatos, mesmo que falsificados, que convencem os indivíduos, e sim a consistência com o sistema ideológico totalitário. Assim, em vez de confiarem nas próprias percepções, as massas frequentemente buscam narrativas que ofereçam explicações coerentes e simples, ainda que não baseadas na realidade.

Essas narrativas buscam vincular-se a visões de mundo prévias dos seus receptores, promovendo uma sensação de lógica interna. Por exemplo, *slogans* persuasivos ou teorias da conspiração que fornecem explicações claras e simplificadas para a complexidade da vida moderna podem se tornar mais atraentes do que a confusão causada pelos fatos contraditórios.

O aumento das *fake news* e sua exploração por líderes políticos no século XXI

constituem uma ameaça real à estabilidade das democracias. Inúmeros políticos, como Donald Trump, Vladimir Putin, Jair Bolsonaro e Recep Tayyip Erdogan, são exemplos de figuras que frequentemente recorrem a estratégias de desinformação deliberada para manipular, alcançar ou consolidar-se no poder, enfraquecendo as instituições democráticas. Arendt (1967) examina as tensões entre a verdade factual e a ação política. Em um contexto de manipulação sistemática da opinião pública, revisitar a perspectiva de dessa autora é fundamental para compreendermos os riscos que a democracia e o espaço público enfrentam.

Nesse sentido, ensinar os estudantes a avaliarem a confiabilidade das fontes é tarefa indispensável. Isso inclui habilidades práticas de verificação de fatos e a análise de diferentes narrativas para entender o contexto e os interesses em jogo. Nesse sentido, a inclusão de currículos que abordem uma educação para as mídias digitais vem se desenhando cada vez mais como algo relevante, permitindo que os estudantes desenvolvam discernimento em um mundo saturado de informações.

De acordo com Arendt (1967), a mentira na política sempre foi vista como um instrumento necessário e legítimo, utilizado não apenas por políticos e demagogos, como também por estadistas. A mentira tradicional tinha como objetivo ocultar informações específicas da sociedade, e não necessariamente a intenção de enganar toda a população. No entanto, autora faz um alerta: o problema se torna grave quando a mentira deixa de ser pontual e passa a ser organizada e institucionalizada, como ocorre em regimes autoritários e populistas contemporâneos. Segundo essa pensadora, a mentira política no contexto moderno, diferentemente da tradicional, visa enganar toda a sociedade e pode levar ao engano de si própria, criando uma realidade alternativa que pode ser mais convincente do que a verdade de fato.

A identificação com líderes carismáticos resulta em uma fusão entre os interesses individuais e a grandeza percebida do líder. De acordo com Adorno (2015), seguidores buscam uma experiência emocional que se materializa na identificação com figuras que prometem não apenas segurança, mas também um sentido de pertencimento a algo maior. Assim, quando líderes políticos como Trump se apresentam como salvadores da nação, os apoiadores depositam sua autoestima e aspirações coletivas nessa figura idealizada. Isso cria um fenômeno em que a crítica individual é suprimida em nome de uma unidade que se considera superior.

A mentira moderna, segundo Arendt (1967), tem como objetivo deliberado atacar a verdade, eliminando figuras públicas dos registros históricos e manipulando a

realidade de forma mais abrangente, agressiva e sistemática, de modo a alterar a percepção coletiva e reescrever a história de modo que os fatos sejam completamente apagados. A ênfase na fabricação de imagens e na construção de narrativas persuasivas em detrimento da verdade aponta para uma realidade em que a política se torna um campo de batalha entre diferentes visões de mundo e concepções de verdade.

As *fake news* agravam essa situação, pois as mentiras deliberadas são organizadas e disseminadas de maneira sistemática. A proliferação de informações falsas confunde o cidadão comum e cria um ambiente em que fatos históricos e acontecimentos verificáveis são transformados em meras opiniões, permitindo que narrativas enganosas ganhem força e legitimidade.

Para Arendt (1967, p. 40), a verdade factual, “[...] embora menos suscetível a discussões do que a verdade filosófica [...] possui uma natureza política”. Quando negada ou relativizada por líderes políticos, essa verdade perde sua capacidade de restringir o poder, permitindo que a realidade seja alterada por narrativas distorcidas. Durante sua campanha eleitoral e ao longo de sua presidência, Donald Trump utilizou esse recurso para deslegitimar seus adversários, atacar a imprensa e questionar a integridade do próprio processo eleitoral. Sua recusa em reconhecer a derrota nas eleições de 2020, apoiada em teorias conspiratórias infundadas, culminou na invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021, pondo em risco a democracia da maior potência militar e econômica do mundo.

Esse episódio torna-se emblemático ao evidenciar como a negação da verdade factual pode corroer as bases da estrutura democrática, revelando as fragilidades e os riscos inerentes à propagação da desinformação nas esferas políticas. Constatamos, assim, que a utilização estratégica das *fake news* desestabiliza o debate público e subverte os princípios fundamentais da convivência democrática, ressaltando a necessidade urgente de escrutínio crítico e intervenções eficazes para mitigar seus efeitos corrosivos na sociedade.

Um dos aspectos mais alarmantes do uso das *fake news* como ferramenta política é que muitas mentiras são apresentadas não como inverdades, e sim como “opiniões válidas”, confundindo deliberadamente a distinção entre fato e opinião. Arendt (1967, p. 42) critica esse esvaziamento ao afirmar: “[...] a liberdade de opinião é uma farsa se a informação sobre os fatos não estiver assegurada e se não forem os próprios fatos o foco do debate”. Ao reduzir os fatos a meras opiniões, líderes de

extrema direita constroem narrativas que validam seus projetos de poder e buscam apagar a memória histórica. Essa tática manifesta-se na negação de genocídios, na manipulação de dados históricos e em revisionismos que favorecem a ascensão e a naturalização do autoritarismo em nosso tempo.

3.3 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO MIDIÁTICA COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Diante dos desafios impostos pelas redes sociais e pela difusão digital, a educação midiática surge como elemento necessário para contrapor as influências negativas desse contexto, em que a cultura digital permeia todos os aspectos da nossa vida. Segundo Silva e Melo (2020), as transformações na forma como as notícias são veiculadas, impulsionadas pela ascensão da comunicação digital, trouxeram à luz questões relativas à crescente dificuldade de distinguir entre informações confiáveis e notícias falsas. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz a seguinte orientação:

Utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas (Brasil, 2018, p. 18).

A BNCC, enquanto documento orientador da educação básica no Brasil, reconhece esse desafio ao inserir, entre suas dez competências gerais, o desenvolvimento do pensamento crítico e da utilização consciente das tecnologias e das mídias. Conforme expresso na competência geral n.º 5, é papel da escola: "Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais [...]" (Brasil, 2018, p. 9). Essa competência está em consonância com o conceito de letramento midiático, compreendido por Buckingham (2003) como a capacidade de interpretar criticamente as mensagens midiáticas e de compreender as linguagens, estruturas e intenções que as constituem.

A educação midiática é um campo de conhecimento que se concentra em proporcionar aos estudantes habilidades críticas relacionadas com consumo, produção e análise de mídia. Segundo Buckingham (2003), a educação midiática

envolve preparar os indivíduos para serem tanto consumidores quanto criadores e críticos de informações. Ao promover uma compreensão mais profunda das dinâmicas midiáticas, a educação midiática contribui para a formação de cidadãos que não se limitam a aceitar passivamente o que consomem, mas que interrogam e avaliam criticamente as fontes de suas informações.

A BNCC enfatiza a importância de a escola dialogar com a diversidade de experiências e saberes dos alunos, reconhecendo suas histórias e seus contextos sociais (Brasil, 2018). Essa abordagem é fundamental para a educação midiática, pois permite que os estudantes se vejam como protagonistas em suas interações com a mídia. Ao valorizar suas vozes e perspectivas, a educação midiática torna-se um instrumento importante, em que os alunos aprendem a questionar, criticar e participar ativamente da cultura digital.

Entretanto, a educação midiática também enfrenta obstáculos. A BNCC destaca a necessidade de estimular a reflexão crítica e a análise aprofundada, em um contexto no qual a superficialidade e o imediatismo são frequentemente privilegiados. A escola precisa, portanto, ensinar os alunos a consumirem informações de forma crítica e a compreenderem as dinâmicas de produção e circulação de conteúdos na era digital (Brasil, 2018). Isso envolve discutir questões como a manipulação da informação, a desinformação e o papel das redes sociais na formação de opiniões:

Todo esse quadro impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações. É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais. Contudo, também é imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes (Brasil, 2018, p. 59).

Com a evolução das tecnologias e das formas de comunicação, a concepção de texto se expandiu para além dos conteúdos verbais, incluindo elementos visuais, gestuais e sonoros, caracterizando o que se denomina multimodalidade. Essa abordagem é relevante para a formação de estudantes críticos e preparados para navegarem no complexo ambiente midiático contemporâneo.

Nessa perspectiva, a multimodalidade reconhece que as interações comunicativas não se restringem ao uso da língua escrita ou falada. Textos são apresentados em diversas plataformas, desde livros didáticos até mídias digitais, televisão e publicidade, exigindo que os alunos sejam capazes de identificar e interpretar os diferentes elementos que compõem cada mensagem. Isso demanda um ensino que não apenas transmite conhecimento, mas que também capacite os estudantes a serem leitores ativos e críticos de múltiplas fontes de informação. Nesse sentido, o desenvolvimento das habilidades destacadas na BNCC é fundamental em uma sociedade saturada de estímulos visuais e sonoros, na qual a compreensão crítica das mensagens veiculadas torna-se essencial para a formação do indivíduo crítico (Brasil, 2018).

Em suma, a educação midiática, fundamentada na BNCC (2018), é indispensável para a formação de cidadãos críticos e conscientes. Ao integrar a análise crítica da mídia ao currículo escolar, a BNCC visa preparar os alunos para os desafios do mundo digital, capacitando-os a se tornarem agentes ativos de mudança em suas comunidades. Assim, a educação midiática revela-se como uma necessidade educacional e, mais do que isso, um imperativo ético e social na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Entendemos que seja necessário levar os estudantes a estabelecerem um critério crítico e reflexivo sobre o uso das tecnologias. Ao interagir no ambiente digital, é importante ponderar as consequências de nossas ações. Isso envolve considerar como nossas palavras e comportamentos *on-line* impactam os outros, assim como entender o papel que a tecnologia desempenha na formação de nossas percepções e valores. A reflexão crítica nos ajuda a moldar uma presença digital consciente, na qual cada indivíduo é responsável por suas contribuições. Como explica Buckingham (2003), educação midiática significa saber usar as mídias e, sobretudo, posicionar-se criticamente diante de suas influências e agir de maneira ética e responsável.

Ao integrar a educação midiática ao currículo escolar, conforme proposto pela BNCC, observamos um importante passo para preparar os alunos para lidarem com as novas tecnologias, além de ensiná-los a questionar, investigar e compreender as diferentes narrativas que permeiam as mídias digitais. Esse enfoque torna-se ainda mais pertinente em um mundo em que a desinformação é disseminada a uma velocidade sem precedentes.

Dados da pesquisa TIC Kids Online Brasil, realizada pelo Comitê Gestor da

Internet no Brasil – CGI.br (2017), revelam que aproximadamente 24,3 milhões de crianças e adolescentes são usuários da internet no país. Dentre eles, 31% declararam não saber verificar se uma informação encontrada na rede é verdadeira ou falsa. Esse dado mostra a fragilidade no desenvolvimento de habilidades críticas no uso das tecnologias digitais pelo público infantojuvenil. Embora a pesquisa não traga recortes por classe social ou escolaridade dos responsáveis, é plausível afirmar que o quadro tende a ser ainda mais preocupante entre crianças provenientes das regiões mais pobres, das periferias e de famílias com baixa escolaridade.

Nesse cenário, é premente repensar e ampliar as estratégias pedagógicas capazes de enfrentar os impactos das *fake news* sobre crianças e adolescentes. A escola, enquanto espaço privilegiado de formação, deve promover o desenvolvimento de competências críticas para a interpretação, a verificação e a análise das fontes, de modo a fortalecer a autonomia dos sujeitos diante dos conteúdos consumidos nas redes digitais. Trata-se, portanto, de garantir que a educação cumpra seu papel emancipador, para que os estudantes compreendam os mecanismos de manipulação presentes nos meios digitais e se posicionem de forma ética e crítica frente a essa realidade imposta pela comunicação instantânea.

Nesse contexto, a educação midiática conecta-se ao campo da educação emancipadora, adquirindo relevância como proposta pedagógica voltada para formar sujeitos autônomos, críticos e capazes de fazer uso adequado dos recursos tecnológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como abordado neste estudo, vivemos um tempo em que a verdade, enquanto valor social e político, encontra-se sob ataque. A era digital, embora tenha, em tese, democratizado o acesso à informação, também abriu espaço para a disseminação massiva de conteúdos falsos, distorcidos e manipuladores. As chamadas *fake news* não são apenas boatos inofensivos, mas também instrumentos de controle ideológico, manipulação afetiva e de prospecção de regimes autoritários, implicando riscos à democracia. Nesse contexto, esta dissertação buscou refletir sobre o papel da educação emancipadora no enfrentamento desse fenômeno, destacando seus potenciais e limites, bem como suas aplicações.

Adorno (1995), em seu contexto histórico, apresenta lições que não podemos ignorar. O regime nazista, com suas implicações devastadoras durante a Segunda Guerra Mundial, é um campo fértil para discussões que ainda reverberam na sociedade contemporânea. Analisar o nazismo e suas consequências é mais do que um exercício acadêmico, consistindo em uma necessidade diante premente da ascensão de discursos de ódio, nacionalismo exacerbado e xenofobia, como observamos atualmente. Compreendemos, portanto, a importância de discutir os impactos do nazismo e sua pertinência para as discussões modernas na escola.

Por meio de uma análise crítica, percebemos como as táticas de propaganda, desinformação e desumanização de grupos foram utilizadas para consolidar seu poder. Desse modo, ao analisarmos os movimentos políticos contemporâneos, faz-se necessário traçarmos comparações entre a realidade atual e os movimentos de aspiração nazista. O nazismo promoveu uma narrativa de exclusão baseada na etnicidade e no nacionalismo, elementos que estão presentes novamente em diversas partes do mundo.

Nos debates sobre imigração, por exemplo, notamos como a retórica desumanizadora ainda encontra espaço na esfera pública, refletindo um ciclo preocupante de intolerância. O caso das políticas migratórias implementadas por Donald Trump, tanto durante seu primeiro mandato (2017 – 2020) quanto em seu segundo mandato (2025 –), exemplifica bem essa situação. Sob o pretexto de proteger a soberania nacional, o governo adotou medidas como a separação forçada de famílias na fronteira, a construção de barreiras físicas e simbólicas, além de deportações para prisões em El Salvador. Essas ações, além de criminalizar a

migração, desumanizam os migrantes, reduzindo-os a ameaças ou “invasores”. Essa postura alimenta o preconceito, a xenofobia e o nacionalismo excludente, baseado e fomentado, por vezes, em desinformação.

Para Adorno (1995), a desumanização tende a prosperar em ambientes nos quais o pensamento crítico é sufocado por estruturas autoritárias. Nesse contexto, o papel da educação emancipadora torna-se essencial na resistência a tais lógicas, promovendo o reconhecimento da dignidade de todos os indivíduos. Para romper com os mecanismos de desumanização, é necessário combater tanto a desinformação quanto o autoritarismo, além de fortalecer uma cultura de direitos humanos e de solidariedade.

Ao longo da pesquisa empreendida, verificamos que a desinformação contemporânea não pode ser compreendida de forma isolada, tampouco combatida com ações simplistas. Isso porque, trata-se de um fenômeno complexo, enraizado em dimensões históricas, culturais, psicológicas, tecnológicas e políticas. Enfrentá-lo exige, portanto, um esforço coletivo e sistêmico, e é nesse esforço que a educação emancipadora se insere como uma das ferramentas, ainda que não exclusiva, uma vez que sofre as mesmas influências a que toda a sociedade está submetida.

No capítulo 1, discutimos como a educação emancipadora oferece um caminho para o desenvolvimento da autonomia intelectual e da consciência crítica. Segundo Adorno (1995, p. 27), “a educação crítica é tendencialmente subversiva” à medida que rompe com a lógica da adaptação e propõe uma formação voltada para a transformação da realidade e a resistência a mecanismos de dominação. O objetivo é formar sujeitos não conformistas, capazes de interrogar o mundo, resistir à alienação imposta pela indústria cultural e não aceitar passivamente as verdades impostas pelos meios de comunicação, principalmente pelos mecanismos de desinformação que proliferam e atingem toda a sociedade.

Ao resgatar a tradição da *bildung*, Adorno (2006) compreende que a educação deve transcender a mera instrução técnica ou a simples adaptação às exigências do mercado. Ele adverte que uma formação limitada à aquisição de habilidades instrumentais, sem reflexão crítica sobre seus fins, contribui para a perpetuação das estruturas que alimentam a barbárie. Essa crítica permanece atual diante da crescente mercantilização da educação, que, ao privilegiar competências utilitárias, negligencia as dimensões ética, estética e política da formação humana. Nesse contexto, a educação é cooptada pela lógica da indústria cultural, promovendo uma semiformação

(*halbbildung*), impedindo o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica dos indivíduos.

A educação emancipadora é importante para a formação de sujeitos conscientes de seu papel na sociedade. Por meio da crítica, do fomento à autonomia e da exploração das identidades sociais, a educação pode formar indivíduos capazes de refletir criticamente sobre suas condições sociais; por conseguinte, com condições de atuarem de maneira ativa na sociedade.

No capítulo 2, buscamos aprofundar a análise ao articular a psicologia das massas com os processos de aceitação e difusão das *fake news*. Freud (1921/2011) já alertava sobre o poder da identificação grupal e da influência do líder carismático sobre o juízo individual. Em contextos de crise, o medo, a insegurança e o ressentimento tornam-se terreno fértil para narrativas simplificadoras e maniqueístas. Freud (1921/2011, p. 34) afirma que, “em uma massa, o indivíduo se despersonaliza, abrindo mão de sua autonomia em favor do grupo”.

Essa lógica é explorada estrategicamente por movimentos autoritários, que utilizam as *fake news* como ferramenta de mobilização afetiva. Acerca dessa questão, Arendt (1989, p. 33) argumenta que “a mentira organizada pode destruir os fatos a ponto de transformar a realidade em ficção”. Para essa autora, a banalização da mentira compromete tanto a política quanto a própria condição humana de compreender o mundo e agir com responsabilidade.

A educação, nesse cenário, deve ser entendida como um processo emancipador, à medida que possibilita aos sujeitos a leitura crítica da realidade e o fortalecimento da consciência ética. Isso implica reconhecer que a formação crítica não se dá por imposição, e sim por diálogo, escuta e problematização do mundo.

O Capítulo 3 trouxe à tona a discussão sobre as redes sociais digitais e o papel dos algoritmos na propagação de *fake news*. Plataformas como *Facebook*, *Instagram* e *YouTube* operam com base em lógicas algorítmicas que priorizam o engajamento, não a veracidade. Para Fisher (2021, p. 43), “os conteúdos mais extremos são os que mais circulam, pois provocam reações emocionais intensas que alimentam a economia da atenção”. Dessa forma, o ambiente digital se transforma em um ecossistema no qual a verdade perde espaço para o espetáculo, a polarização e o ódio.

Nesse sentido, a educação midiática aparece como uma dimensão indispensável da educação emancipadora. Mais do que ensinar a usar tecnologias,

trata-se de capacitar os sujeitos para interpretá-las criticamente, identificarem interesses por trás das mensagens e compreenderem os mecanismos de manipulação operados por algoritmos. Chauí (2006, p. 10) assevera que “a informação não é conhecimento, e o excesso de informação pode gerar ignorância, não saber”.

Contudo, é preciso reconhecer que a educação, por si só, não pode carregar o peso do enfrentamento das *fake news*. Como pontua Adorno (1995), a educação, sozinha, não tem poder para mudar as estruturas sociais que geram a dominação, mas pode formar sujeitos que resistam a elas. Ou seja, há limites concretos para a ação pedagógica, sobretudo num contexto marcado pela precarização da escola pública, pela sobrecarga docente, pela interferência de políticas conservadoras e pela ausência de investimentos estruturais.

A luta contra a desinformação demanda também ações nos campos político, jurídico e tecnológico. É preciso regulamentar as plataformas, garantir a transparência algorítmica, fortalecer o jornalismo ético, proteger a democracia e criar mecanismos coletivos de responsabilização. A escola pode (e deve) ser parte ativa nesse processo, mas precisa ser apoiada, valorizada e protegida.

Diante do que foi apresentado, concluímos que o enfrentamento das *fake news* e da desinformação requer um pacto social pela verdade, que envolva famílias, educadores, cientistas, jornalistas, gestores públicos, plataformas digitais e a sociedade civil organizada. Essa é, a nosso ver, uma tarefa coletiva, intersetorial e permanente, tendo na educação um dos instrumentos que podem contribuir para a construção de um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. Seleção de textos: Jorge M. B. de Almeida. Tradução: Juba Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. *In*: ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 3. ed. Tradução: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 119-138.

ADORNO, Theodor W. A educação contra a barbárie. **Primeira Versão**, Porto Velho, ano 4, v. 15, n. 203, p. 1-10, fev. 2006. Disponível em: https://primeiraversao.unir.br/artigos_volumes/203_.pdf. Acesso em: 30 mar. 2025.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução: João Antônio de W. C. Ferreira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

AMADO, Guilherme. **Redes sociais aumentaram escala de discurso de ódio, diz grupo do G20**. Metrôpoles, 13 set. 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/redes-sociais-aumentaram-escala-de-discurso-de-odio-diz-grupo-do-g20>. Acesso em: 02 maio 2025.

ANDERSON, Jon Lee. **The Brazilian Judge Taking On the Digital Far Right**. The New Yorker, 14 abr. 2025. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2025/04/14/the-brazilian-judge-taking-on-the-digital-far-right>. Acesso em: 29 maio 2025.

ARAÚJO, Alice. **Pênis inflável verde e amarelo em manifestação bolsonarista vira meme**. O Povo, 8 set. 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/09/08/penis-inflavel-verde-e-amarelo-em-manifestacao-bolsonarista-vira-meme.html>. Acesso em: 29 maio 2025.

ARENDT, Hannah. **Verdade e Política**. Jornal New Yorker, 1967. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5144219/mod_resource/content/0/ARENDT%2C%20Hannah%20%281967%29%20Verdade%20e%20pol%C3%ADtica.pdf. Acesso em: 13 maio 2025.

ARENDT, Hannah. Verdade e política. *In*: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução: Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 261-297.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BUCKINGHAM, David. **Media Education**: literacy, learning and contemporary culture. Cambridge, UK: Polity, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: escritos de Marilena Chauí. São Paulo: UNESP, 2000. v. 4.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHOMSKY, Noam. **A manipulação dos media**: os efeitos extraordinários da propaganda. Tradução: Mário Matos e Lemos. Campinas, SP: Editorial Inquérito, 2003.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.BR). **TIC Kids Online Brasil 2017**: pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: CGI.br, 2018. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Kids_Online_2017_LivroEletronic_o.pdf. Acesso em: 30 mar. 2025.

COSTA, Virginia Helena Ferreira da. **Aspectos das relações interpessoais em Freud**: questionamentos morais. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

COSTA, Virginia Helena Ferreira da. **A Personalidade Autoritária**: antropologia crítica e psicanálise. 2018. 333 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

DIAS, Lucas Barreto. Características e declínio da esfera pública segundo Hannah Arendt. **Polymatheia - Revista de Filosofia**, v. 6, n. 9, p. 127-138, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistapolymatheia/article/view/6472>. Acesso em: 5 maio 2025.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**: como as *fake news*, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. São Paulo: Vestígio, 2019.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. Tradução: Lúcio Costa. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FISHER, Max. **A Máquina do Caos**: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. Tradução: Érico Assis. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923)**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no Jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar**. São Paulo: Hacker Editores, 2003.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral. São Paulo: Loyola, 2005.

JANUÁRIO, Adriano. **Educação e resistência em Theodor W. Adorno**. São Paulo: Loyola, 2020.

MADEIRO, Carlos. **AC: facção executa mãe após fake news de matar bebê, mas ossada era de cão**. UOL, 26 mar. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2025/03/26/ac-facciao-executa-mae-apos-fake-news-de-matar-bebe-mas-ossada-era-de-cao.htm>. Acesso em: 05 abr. 2025.

MOTA, Camilla Veras. **7 fatores que explicam os ataques de 8 de janeiro em Brasília**. BBC News Brasil, 5 jul. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cye7egj6y1no>. Acesso em: 20 mar. 2025.

O GLOBO. **Associated Press é barrada na Casa Branca após se recusar a chamar Golfo do México de 'Golfo da América'**. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/02/11/associated-press-e-barrada-na-casa-branca-apos-se-recusar-a-chamar-golfo-do-mexico-para-golfo-da-america.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2025.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **O idiota da aldeia e o portador da verdade**. 2015. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/o-idiota-da-aldeia-e-o-portador-da-verdade/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo**. Paris: Unesco, 2019.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno NEPP/UNICAMP**, Campinas-SP, n. 48, p. 1-16, 2000. Disponível em: https://governancaegestao.wordpress.com/wp-content/uploads/2008/05/teresa-aula_22.pdf. Acesso em: 22 maio 2025.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS. **Fake news x desinformação: entenda qual é a diferença entre os termos**. 2023. Disponível em: <https://www.tre->

go.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Agosto/fake-news-x-desinformacao-entenda-qual-e-a-diferenca-entre-os-termos. Acesso em: 29 maio 2025.

VICTOR, Fábio. **Notícias falsas existem desde o século 6, afirma o historiador Robert Darnton**. Folha de São Paulo, 19 fev. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/02/1859726-noticias-falsas-existem-desde-o-seculo-6-afirma-historiador-robert-darnton.shtml>. Acesso em: 16 mar. 2025.